

UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE LETRAS



**Reflexões sobre a tradução jurídica
português-chinês: a tradução do Código Civil de
Macau sob a influência de factores sociais**

Zhang Zehui

Tese orientada pelo Prof. Doutor António Eduardo Hawthorne
Barrento especialmente elaborada para a obtenção do grau de
Mestre em Tradução

2021

Agradecimentos

O tempo voa e o estudo de pós-graduação está chegando ao fim. Olhando para trás, o esforço e o trabalho árduo tornaram-se memórias do passado, enquanto a alegria e os risos se estabeleceram. A Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa impressiona-me com o seu excelente ambiente académico e a sua atmosfera rigorosa de pesquisa científica, com uma mente ampla e tolerante, e com uma vida romântica e gratificante na Faculdade. Por ocasião da conclusão da minha dissertação, gostaria de expressar os meus sinceros agradecimentos e votos a todos os professores que me ensinaram e me transmitiram ferramentas úteis.

Esta dissertação foi concluída sob a orientação cuidadosa do meu orientador, o Professor António Eduardo Hawthorne Barrento. Desde a selecção do tema até a conclusão da dissertação, o orientador ajudou-me a rever várias vezes e deu sugestões muito valiosas. Aqui, gostaria de dar os meus agradecimentos ao meu orientador, cujo conhecimento profissional e cuja atitude académica rigorosa tiveram um impacto profundo em mim.

A realização desta dissertação também é indissociável da ajuda de colegas, amigos e da minha família. Gostaria de agradecer aos meus colegas por me darem muito incentivo e ajuda no processo de pesquisa científica. O processo de escrita de toda a dissertação, embora não tenha sido fácil, permitiu-me reflectir e compreender profundamente a essência e o significado da tradução, o que apreciei. Também gostaria de agradecer aos meus pais e à minha irmã pelo seu cuidado e por me apoiarem e encorajarem como sempre. Ao mesmo tempo, gostaria de agradecer ao meu namorado, Xu Jialiang, pelo seu amor, tolerância e ajuda.

Resumo

A tradução jurídica chinês-português desempenha um papel crítico no processo de aprofundamento e expansão do uso comum do chinês juntamente com o do português em Macau e em intercâmbios e comunicações entre a China e os países lusófonos.

Esta dissertação visa analisar as influências de factores sociais na tradução jurídica de Macau e explorar as estratégias para lidar com elas. Para este efeito, é examinado em especial o Código Civil de Macau como objecto de investigação. O Código Civil de Macau é, por um lado, uma declaração de protecção dos legítimos direitos e interesses das pessoas, estando intimamente relacionado com as pessoas na sociedade, e, por outro, estabelece as normas de comportamento e cumprimento básico para diversas actividades civis dos sujeitos civis. Através da comparação e análise crítica da actual versão bilingue do Código Civil de Macau, a dissertação estuda vários factores sociais, nomeadamente políticos e relativos ao ambiente linguístico e a perspectiva de pensamento moldada por cultura, que afectam as decisões tomadas durante a tradução jurídica, assim como as teorias, métodos e estratégias de tradução aplicadas, a fim de lidar com os problemas suscitados.

Por meio da análise acima mencionada, chega-se à conclusão de que, no processo de tradução jurídica, os factores sociais são de grande relevância para a tradução, o que se reflecte principalmente na escolha de palavras e terminologia na língua de chegada e na forma de construção de frases. Nesse processo, além de se explorar a conversão equivalente ao nível das palavras e das frases, é feita uma análise sobre a intenção legislativa e os efeitos jurídicos que a tradução correspondente pode produzir.

No final desta dissertação, com base nas características especiais formada em Macau durante o processo de tradução jurídica, explora-se os métodos e as estratégias mais adequadas para a tradução jurídica português-chinês.

Palavras-chave: tradução jurídica, Código Civil de Macau, factores sociais, Macau

Abstract

Portuguese-Chinese legal translation plays a critical role in the process of deepening and expanding the common use of Chinese together with that of Portuguese in Macau and in interchanges and communications between China and Portuguese-speaking countries.

This dissertation aims to analyze the influence of social factors in the legal translation of Macao and to explore the strategies to deal with them. For this purpose, the Civil Code of Macau is studied. The Civil Code of Macau, on the one hand, is a declaration of protection of the legitimate rights and interests of people, being closely related to people in society, and, on the other, it establishes the rules of behavior and basic compliance for various civil activities of the civilian subjects. Through the comparison and critical analysis of the current bilingual versions of the Civil Code of Macau, this dissertation studies several social factors, namely political and related to the linguistic environment and the perspective of thinking shaped by culture, which affect decisions taken during the process of legal translation, as well as the theories, methods and translation strategies applied in order to deal with the problems raised.

Through the aforementioned analysis, it is concluded that, in the process of legal translation, social factors are of great relevance to the translation, which is mainly reflected in the choice of words and terminology in the language of arrival and in the form of sentence construction. In this process, in addition to an exploration of the equivalent conversion at the level of words and phrases, an analysis is carried out about the intention and the legal effects which the corresponding translation can produce.

At the end of this dissertation, based on the special characteristics formed in Macau during the legal translation process, appropriate methods and strategies for Portuguese-Chinese legal translation are explored.

Keyword: legal translation, Civil Code of Macau, social factors, Macau

Índice

Agradecimentos.....	II
Resumo.....	III
Abstract.....	V
Índice.....	VI
Capítulo 1. Introdução.....	1
1.1. Quadro da investigação e do estudo.....	1
1.2. Estrutura da dissertação.....	8
1.3. O significado e o propósito da investigação e do estudo.....	10
1.4. Metodologia de pesquisa e estudo.....	12
Capítulo 2. Sociedade e a tradução jurídica.....	14
2.1. A evolução no estudo de tradução para uma perspectiva social.....	14
2.2. Relação entre a sociedade e a tradução jurídica.....	19
Capítulo 3. A influência dos factores sociais na tradução jurídica de Macau.....	23
3.1. A influência da política da sociedade na tradução jurídica.....	23
3.1.1. O estatuto da tradução jurídica determinado pela política da sociedade.....	23
3.1.2. A política social influencia as formas de tradução jurídica.....	26
I. Uso do chinês clássico (<i>wenyan</i> 文言).....	26
II. Tradução jurídica que reflecte a política.....	37
3.2. A influência do ambiente linguístico social na tradução jurídica.....	41
3.2.1. Apresentação geral do ambiente linguístico de Macau.....	41
I. A evolução do estatuto do chinês em Macau.....	41
II. O ambiente linguístico da sociedade de Macau.....	41
3.2.2. As línguas correntes na sociedade influenciam a tradução jurídica.....	49
I. Influências do cantonês na tradução jurídica.....	49
II. Influências do português na tradução jurídica.....	51
3.3. A influência das perspectivas de pensamento moldadas pela cultura na tradução jurídica.....	53

3.3.1. Características culturais que moldam as perspectivas de pensamento chinesas e ocidentais.....	54
3.3.2 Perspectivas de pensamento moldadas pela cultura na tradução jurídica português-chinês.....	56
I. Parataxe chinês VS hipotaxe portuguesa.....	56
II. Ordem Causa-Resultado em chinês VS Ordem Resultado-Causa em português.....	58
III. Perspectiva do agente em chinês VS perspectiva do objectivo em português.....	59
IV. Uso da voz positiva em chinês VS uso da voz negativa em português.....	61
Capítulo 4. Princípios e estratégias para a tradução jurídica de Macau.....	63
4.1. Introdução geral do desenvolvimento do direito em Macau.....	63
4.2. Características da linguagem na tradução jurídica.....	64
4.3. Os critérios de tradução jurídica em Macau.....	66
4.4. Estratégias de tradução jurídica em Macau.....	67
I. Tradução literal.....	67
II. Transferência/ Calque.....	68
III. Modulação.....	68
IV. Mudança/ Transposição.....	69
V. Compensação.....	70
4.5. Estratégias aplicadas para lidar com influências dos factores sociais.....	75
4.5.1. Estratégias de domesticação.....	75
I. Mudança/ Transposição.....	75
II. Modulação.....	78
III. Compensação.....	79
4.5.2. Estratégias de estrangeirização.....	80
I. Transferência/ Calque.....	80
II. Tradução literal.....	81
4.5.3. Estratégias de localização.....	82
Capítulo 5. Conclusão.....	84
Bibliografia.....	87

Capítulo 1. Introdução

1.1. Quadro da investigação e do estudo

Conforme o Artigo Único do Decreto-Lei n.º 455/91, promulgado e publicado em 23 de Dezembro de 1991, “A língua chinesa tem em Macau estatuto oficial e a mesma força legal que a língua portuguesa”, dando início ao “aprofundamento e alargamento da utilização conjunta das línguas portuguesa e chinesa” (Decreto-Lei n.º 101/99/M). Em qualquer sociedade, a questão da língua não é apenas uma “questão da língua”, é também uma questão política e social, a qual o governo e a sociedade também prestam atenção. Como Wang argumenta no seu texto, “a questão do bilinguismo é um grande desafio que a história coloca a Macau”. (tradução própria, 1994: 107)

Como se estipula no Artigo 8.º da Lei Básica da Região Administrativa Especial De Macau da República Popular da China (doravante designada simplesmente por “Lei Básica da RAEM”), “as leis, os decretos-leis, os regulamentos administrativos e demais actos normativos previamente vigentes em Macau mantêm-se, salvo no que contrariar esta Lei ou no que for sujeito a emendas em conformidade com os procedimentos legais, pelo órgão legislativo ou por outros órgãos competentes da Região Administrativa Especial de Macau.” “Daí que, no âmbito dos trabalhos do Grupo de Ligação Conjunto tenham sido a tradução jurídica, o estatuto da língua chinesa em Macau e a localização de quadros consideradas como as três grandes questões do período da transição” (Cabrita, 1994: 668), entre as quais, a tradução jurídica é a mais complicada, dado que existem muitos parâmetros na sociedade de Macau, tais como “a inexistência de uma cultura jurídica local”, “o conhecimento insuficiente das características e matrizes do direito existente em língua chinesa”, “a falta de preparação teórica e técnica dos tradutores e de meios auxiliares de apoio à tradução” e “diferenças estruturais entre as línguas portuguesa e chinesa”, entre outros, que dificultam a tradução jurídica. (Calado, 1995: 79).

O estudo da tradução jurídica em Macau tem atraído a atenção académica ao longo

do tempo. Nos anos 90 do século XX, nos primeiros anos após a língua chinesa se ter tornado a língua oficial de Macau, verifica-se uma tendência para se estudar a localização das leis em Macau, principalmente a situação geral da tradução jurídica, no que diz respeito ao seu significado, aos seus modos e critérios técnicos e às suas dificuldades, entre outros. Calado (1995) argumenta que a natureza da tradução jurídica de Macau começa a alterar-se após a entrada em vigor da Declaração Conjunta Do Governo Da República Portuguesa e Do Governo Da República Popular Da China Sobre a Questão De Macau (a seguir designada por Declaração Conjunta Sino-Portuguesa), isto é, muda de uma função introdutória para uma função normativa (1995: 73). Ele apresenta as seis fases de tradução jurídica em Macau, nomeadamente, a fase preparatória, a fase de tradução preliminar, a fase de discussão, a fase de fixação final do texto, a fase de verificação e controlo, e a fase de homologação de termos e conceitos. E também apresenta as dificuldades verificadas durante os trabalhos de tradução. Liu Gaolong (1995), por seu lado, analisa os significados da tradução jurídica, afirmando que a tradução chinesa ajuda a “assegurar uma transferência, sem sobressaltos, da soberania de Macau” e “criar condições favoráveis à utilização padronizada em chinês, da terminologia técnico-jurídica e técnico-administrativa no seio dos órgãos executivo, legislativo e judicial.” (1995: 95) Ele também apresenta o processo rigoroso dos trabalhos do Gabinete para a Tradução Jurídica e argumenta que “a qualidade é a questão mais importante nos trabalhos de tradução jurídica chinesa em Macau (...) são dois os critérios principais em relação à qualidade de tradução: ser fiel ao original e utilizar uma linguagem fluente” (1995: 99) Ng Kuok Cheong (1995) analisa que as questões da localização das leis de Macau incluem a localização do sistema judiciário, a localização dos diplomas legais, a localização da linguagem jurídica, a localização dos magistrados judiciais e a divulgação do direito na sociedade local. Sun (1998) argumenta que “a localização jurídica de Macau é um trabalho duro, complicado e que deverá processar-se por um longo período de tempo” (1998: 1011) Ele reitera no seu trabalho a ideia de uma localização das leis efectuada a diferentes níveis e seguindo uma tendência de progresso. No entanto, todas estas análises deste período estão longe de serem

suficientes em termos de análise e investigação, sobretudo na perspectiva da sociologia jurídica.

Nos anos 2000, os estudiosos sobre a tradução jurídica de Macau dedicam-se ao nível linguístico e obtêm resultados de investigação correspondentes. Por exemplo, Lin Wei (2005), partindo do contexto linguístico único de Macau com três línguas escritas e quatro línguas faladas, analisa exemplos de tradução palavra por palavra na tradução jurídica de Macau e propõe que a tradução jurídica de Macau estabeleça uma padronização especial para os seus documentos jurídicos, a fim do melhoramento da qualidade da sua tradução em geral. Huang Yi apresenta exemplos de tradução chinesa menos naturais na tradução jurídica de Macau devido à influência exercida pela utilização de português durante um longo período de tempo. (2005: 94) Chan Chi Biu (2012) investiga os problemas na tradução jurídica de Macau causados principalmente pela falta de uniformidade entre os conceitos jurídicos chineses e portugueses. Su Xiaomei e Ma Qingzhu (2013) resumem os problemas do uso de verbos auxiliares modais em chinês de textos jurídicos traduzidos em Macau e analisam as causas destes problemas a partir de dois aspectos: a utilização simultânea e misturada do chinês clássico (*wenyan* 文言) e do mandarim (*baihuawen* 白话文) e a realização de tradução palavra por palavra.

Estes estudos concentram-se em questões de tradução no nível linguístico e lexical, mas não exploram de forma mais profunda os factores sociais que realmente afectam a construção de textos traduzidos. Em alguns casos, tomam em consideração a influência de factores sociais, sendo que, no entanto, a análise que fazem se foca na perspectiva do ambiente linguístico. Além disso, não se dá solução para os problemas suscitados do ponto de vista da estratégia de tradução.

Segundo Liu Gaolong, “A tradução jurídica é tanto uma componente fundamental da localização das leis¹, como o primeiro passo para a mesma” (1995: 94), e

¹ Nota: segundo Liu Gaolong “a localização das leis traduz-se no seguinte: tratando-se da legislação produzida por órgãos de soberania da República deve, antes de mais, ser analisada pelos órgãos de governo próprio de Macau e depois revistos, adaptados e promulgados pelos mesmos, isto é, só depois de um processo legislativo próprio do Território, poderá continuar a vigorar na futura RAEM; sob o ponto de vista linguístico, durante o período de transição, as leis produzidas pelos órgãos de governo próprio, devem ser escritas tanto em português como em chinês” (O significado, o modo e os critérios técnicos da tradução para chinês das leis de Macau,

“contribui para o aperfeiçoamento da actividade legislativa de Macau.” (1995: 96) Neste sentido, é importante o processo da localização jurídica de Macau basear-se na sociedade, porque “a legislação, se não for compreendida e aceite pela população, será olhada com indiferença e acabará por ser esquecida. Se assim acontecer, a vitalidade da lei enfraquecerá e a sua dignidade será prejudicada, não sendo este o resultado desejado.” (Sun, 1998: 1006) Daí que incluir uma perspectiva social no estudo da tradução jurídica seja significativa.

A inclusão no estudo da tradução de uma perspectiva social é uma tendência natural. A prática da tradução é um comportamento social e uma actividade de natureza social. Muitos estudiosos descobrem essa natureza e estudam-na, o que incentiva a promoção da perspectiva social no estudo da tradução. Desde a década de 1990, muitos estudiosos têm começado a estudar a tradução na perspectiva social. J. Heilbron (1999), pela primeira vez, incorpora sistematicamente a tradução no campo do estudo sociológico, acreditando que a tradução é um campo dinâmico (*Dynamic Sphere*) e relativamente autónomo, onde se envolvem relações intrincadas de economia, política, cultura, etc. e, com base nisso, constrói um modelo social cognitivo de prática de tradução. Michaela Wolf (2007) acredita que a sociologia da tradução estuda a relação entre a tradução e a sociedade, especialmente a interacção e influência mútuas entre elas. Wolf sugere explorar várias restrições sociais ao nível macro e micro que afectam o começo da prática da tradução, a aceitação de traduções e o uso de estratégias de tradução específicas. No aspecto macro, inclui as condições políticas, as ideologias inerentes e a interacção entre os indivíduos e a sociedade, e, quanto ao aspecto micro, inclui a escolha de texto original, a produção, distribuição e aceitação da tradução e as estratégias aplicadas de tradução, entre outros. (2007: 115-120) O estudioso de tradução britânico M. Baker (2006) explica a relação entre tradução, conflito e política a partir de uma perspectiva narrativa e acredita que a tradução faz parte do conflito e da política e destaca que a narração não é apenas a do texto, mas, sendo um conceito da sociologia e da teoria da comunicação, também é uma narração sobre o conteúdo mais amplo da sociedade fora do texto.

Considerar a tradução como uma actividade social e explorar a influência dos factores sociais na tradução ajudam a compreender os textos de forma mais abrangente, porque o estudo das actividades de tradução de uma perspectiva social pode não apenas revelar as razões profundas para determinados problemas de tradução além dos linguísticos, mas também ajudar a rever o processo completo de tradução de uma maneira mais aprofundada e abrangente, a fim de explorar soluções mais eficazes para lidar com problemas suscitados na tradução.

No estudo da tradução de perspectiva social, considera-se o processo de tradução como uma actividade social, na qual o sujeito da tradução (o autor original, o leitor original, o tradutor e o leitor-alvo) e o alvo da tradução (o original e o alvo) têm características sociais distintas. Visto que a sociedade tem muitas influências e restrições à tradução, como produto final do processo de tradução, o texto traduzido também deve ter traços de influência e restrição social. Este trabalho incide sobre a questão da existência de marcas sociais em tradução. Naturalmente, o texto traduzido é produzido por meios linguísticos pelo tradutor depois de considerar de forma abrangente vários factores sociais. A investigação de factores sociais que influenciem o processo de tradução é realizada portanto através da análise do texto traduzido.

Esta dissertação, baseada no estudo da versão bilingue (chinesa e portuguesa) do Código Civil de Macau, explora a influência dos factores sociais na tradução jurídica e, em seguida, procura estratégias específicas de tradução a lidar com os problemas suscitados pelas respectivas influências.

Porquê a escolha de Macau e do seu Código Civil e qual a pertinência de tomar este como objecto de uma investigação no âmbito de estudo de tradução jurídica português-chinês?

Em primeiro lugar, nota-se que o Decreto-Lei n.º 101/99/M:

“Consagra as línguas portuguesa e chinesa como línguas oficiais de Macau, bem como o princípio da sua igual dignidade, alicerçando a disciplina que, nos domínios legislativo, administrativo e judiciário, prevê e assegura a coexistência e o uso de ambas em condições de plena igualdade, e, ao mesmo tempo, garante expressamente a liberdade individual em matéria de expressão linguística.”

Em Macau existe um sistema jurídico bilíngue, onde o chinês e o português são línguas oficiais, sendo as duas línguas utilizadas pelas autoridades administrativas e judiciais de Macau. O ambiente linguístico específico de Macau oferece uma boa oportunidade para estudar a tradução português-chinês.

Em segundo lugar, quanto à escolha do Código Civil de Macau, regista-se que o Código Civil de Macau é composto por cinco Livros. O primeiro Livro é a parte geral, que trata das leis, sua interpretação e aplicação e das relações jurídicas. O segundo é o direito das obrigações, que se trata das obrigações em geral e dos contratos em especial. O terceiro é o direito das coisas, tratando da posse, do direito de propriedade, do usufruto, uso e habitação, do direito de superfície e das servidões prediais. O quarto é o direito da família, tratando do casamento, da filiação, da adopção e dos alimentos. O último é o direito das sucessões, incluindo sucessões em geral, sucessão legítima, legitimária e testamentária. É um código intimamente ligado a vários aspectos da vida das pessoas, que regula as relações pessoais e de propriedade entre pessoas físicas, pessoas jurídicas e organizações sem personalidade jurídica, sendo como uma enciclopédia da vida social. Neste sentido, na sua tradução, pode-se encontrar a influência da sociedade.

Para além disso, a história do desenvolvimento do Código Civil de Macau incorpora factores complexos da China e do Ocidente: Em 4 de Setembro de 1967, o Decreto n.º 22869 decidiu estender a aplicação do Código Civil de Portugal a Macau. Como resultado, o Código Civil de Portugal tornou-se a lei estrutural e fonte principal do direito civil de Macau (Deng, 2015: 63). Após a assinatura da Declaração Conjunta Sino-Portuguesa em 1987, a fim de se preparar a reassunção pela República Popular da China do exercício da soberania sobre Macau, realizaram-se trabalhos de localização jurídica. A tradução para o chinês foi concluída em 1998 e aprovada no início de agosto de 1999.

Deng Weiping argumenta que as leis, os decretos-leis, os regulamentos administrativos e demais actos normativos previamente vigentes do Artigo 8.º da Lei Básica da RAEM são de dois tipos, isto é, os originais de Macau e os vigentes em Macau antes do seu regresso, sendo dois casos distintos: O primeiro inclui apenas as

leis, os decretos-leis, os regulamentos administrativos e outros actos normativos elaborados pela legislatura local de Macau, nomeadamente a Assembleia Legislativa de Macau e o Governo de Macau, enquanto o segundo inclui os diplomas jurídicos portugueses implementados em Macau, que é uma manifestação da soberania portuguesa e não se enquadra no âmbito do diploma jurídico original de Macau. (2015: 64) O último tipo de diploma jurídico tem um historial de implementação em Macau há muito tempo, sendo que muitos dos diplomas deste tipo são reconhecidos como necessários para a RAEM após o seu regresso à República Popular da China. Por causa disso, vem a ser necessária a localização dos diplomas jurídicos portugueses e vem a ser necessário o legislador local de Macau rever e fazer emendas na parte portuguesa e promulgar a versão alterada a fim de tornar numa parte original de Macau os diplomas jurídicos portugueses que se mantêm na região. O Código Civil de Portugal enquanto um dos “Cinco Códigos”² e a restante legislação de direito civil português aplicável em Macau, baseada no Código Civil de Portugal são uma parte importante da localização jurídica. Daí que os impactos do português também possam ser encontrados na tradução jurídica do Código Civil de Macau.

O texto traduzido é estático, enquanto o processo de tradução é um processo dinâmico. O texto traduzido integra linguagem e sociedade. Como produto de actividades linguísticas complexas, o texto traduzido incorpora a sabedoria intelectual e a capacidade de expressão da linguagem de tradutor e, como uma reflexão dos fenómenos sociais, o texto traduzido é feito com a marca da época. Portanto, usar a marca social solidificada no texto traduzido para deduzir a influência de factores sociais na tradução é uma forma eficaz de estudar a tradução, e também é a base para a concepção e redacção desta dissertação.

Tomando em consideração tudo o que foi acima referido, a tradução do Código Civil de Macau pode ser um bom ponto de partida para estudar a influência dos factores sociais na tradução jurídica português-chinês. Nesta dissertação, então, tendo como objecto de investigação e estudo o Código Civil de Macau, é comparada e

² Os cinco códigos são o “Código Civil”, o “Código de Processo Civil”, o “Código Penal”, o “Código de Processo Penal” e o “Código Comercial”.

analisada criticamente a sua tradução em chinês com o original em português e são exploradas as seguintes questões: Qual é a relação entre os factores sociais e a tradução jurídica? Como é que os factores sociais influenciam as decisões tomadas no processo de tradução? Quais as teorias e estratégias de tradução que podem ser adoptadas para lidarem com os problemas suscitados por influências dos factores sociais na tradução jurídica?

1.2. Estrutura da dissertação

A dissertação é dividida em cinco capítulos:

O primeiro capítulo é uma introdução geral, na qual se apresenta o contexto, o enquadramento, a estrutura, o significado, o propósito, e ainda a metodologia da investigação e do estudo da dissertação.

O segundo capítulo visa analisar e explorar as teorias e razões pelas quais os factores sociais podem afectar as decisões tomadas na prática de tradução jurídica. Para começar, é estudado o desenvolvimento do estudo de tradução e a evolução da perspectiva do estudo da tradução de uma perspectiva linguística para uma perspectiva social. Muitos académicos propõem que a tradução é um fenómeno social e todo o processo de tradução se desenrola no espaço social e interage com vários factores sociais, sendo que os mesmos se influenciam mutuamente. A Teoria da Prática (*Theory of Practice*) do sociólogo francês Bourdieu, a Teoria dos Sistemas Sociais (*Theory of Social Systems*) do sociólogo alemão Luhmann e a Teoria Ator-Rede (*Actor-Network Theory*, conhecida como ANT) do sociólogo francês Latour são as principais três teorias aplicadas aos estudos da tradução. É uma nova direcção do estudo de tradução. Na última parte deste capítulo, é analisada a relação entre a sociedade e a tradução jurídica.

Pela análise da versão chinesa e a portuguesa do Código Civil de Macau, é possível constatar que a forma e o estilo da redacção e o modo de construção das frases na tradução são diferentes da versão portuguesa, o que é principalmente pela influência das diferentes perspectivas de pensamento moldadas pelas culturas chinesa e

portuguesa. Além disso, as respectivas características também são um pouco diferentes das do direito da China Continental, de Hong Kong e de Taiwan, nomeadamente na aplicação de chinês clássico, o que é um resultado das políticas linguísticas diferentes das regiões. Pode-se também encontrar termos do cantonês e termos literalmente traduzidos do português. Daí que, no terceiro capítulo, tomando em consideração a análise crítica da versão chinesa em comparação com a versão original portuguesa do actual Código Civil de Macau, seja realizada uma análise da manifestação da influência dos factores sociais nos três aspectos, isto é, a política do país e da região, o ambiente linguístico na sociedade e a perspectiva de pensamento moldada por cultura. Na primeira parte deste capítulo, é estudada a influência da política da sociedade na tradução jurídica. Em primeiro lugar, é argumentada a natureza da tradução jurídica determinada pela política. A seguir, é realizada uma análise sobre as influências da política social no âmbito do uso do chinês clássico em comparação com a situação em Hong Kong e em Taiwan, e é analisado o impacto das características políticas especiais existentes em Macau na tradução de alguns conceitos jurídicos específicos. Na segunda parte do terceiro capítulo, é apresentada, em primeiro lugar, a evolução do estatuto do chinês e do ambiente linguístico em Macau. Em seguida, é analisada a influência do cantonês e do português na tradução jurídica. Já na terceira parte deste capítulo, são expostas as características culturais diferentes chinesas e ocidentais e as diferentes perspectivas de pensamento moldadas pela própria cultura. A seguir, é analisada a sua influência na tradução.

No quarto capítulo, através do estudo da tradução português-chinês do Código Civil de Macau, justifica-se que o direito é traduzível e que é possível combinar estratégias de estrangeirização e de domesticação na prática da tradução jurídica. A seguir, são exploradas e analisadas as teorias e estratégias aplicáveis à tradução jurídica adequadas a lidar com os problemas suscitados pela influência de factores sociais.

O último capítulo é uma conclusão da dissertação. Com a análise das relações entre a tradução jurídica e os factores sociais, chega-se à conclusão de que, numa tradução jurídica, os factores sociais não podem ser deixados de lado. Analisar a linguagem jurídica de uma perspectiva social e estudar as manifestações de factores sociais na

linguagem jurídica podem ajudar a explorar as intenções legislativas e o espírito jurídico por trás da linguagem, o que ajuda a transmitir com precisão as intenções legislativas e, ao mesmo tempo, faz com que a língua de chegada (doravante designada simplesmente por “LC”) encontrada na tradução se adapte melhor à sociedade. Além disso, o estudo da tradução na perspectiva da influência de factores sociais na tradução pode fornecer aos tradutores outra abordagem e também ajudar a promover o desenvolvimento da prática de tradução.

1.3. O significado e o propósito da investigação e do estudo

O desenvolvimento da sociedade promove a reforma e o aprimoramento do diploma jurídico. Na era pós-regresso de Macau, a localização jurídica de Macau, conforme Shu Yaozhi, mudou da “localização formal (*xingshi bendihua* 形式本地化)³” para a “localização substancial (*shizhi bendihua* 实质本地化)⁴”. (2011: 97) Além disso, nos últimos anos, com o avanço da globalização, o intercâmbio e a cooperação entre a China e os países de língua portuguesa em política, economia, comércio, direito, cultura e outros campos têm vindo a tornar-se cada vez mais frequentes, especialmente nas circunstâncias da integração da economia mundial. Conforme as estatísticas dos Serviços da Alfândega da China, o valor total dos bens importados e exportados entre a China e os países de língua portuguesa de Janeiro até Dezembro 2020 atingiu os 145,185 bilhões de dólares, entre os quais a China importou US \$ 101,949 bilhões dos países lusófonos e exportou US \$ 43,236 bilhões para os mesmos. Neste contexto, o significado e a necessidade de troca e estudo sobre as leis entre os países são manifestados de forma óbvia, o que torna a tradução jurídica um trabalho muito importante. Além disso, a RAEM da China tem desempenhado um papel de plataforma para o intercâmbio sino-português. Conforme

³ Nota: *Xingshi bendihua* (transformação no aspecto formal) refere à transformação de leis e regulamentos do período em que Portugal exercia domínio sobre Macau em leis locais no aspecto formal, isto é, consoante as leis locais estejam em conflito com a Lei Básica da RAEM ou estejam em consonância com a Lei Básica da RAEM, fazem decisões para sua abolição ou modificação. (Shu Yaozhi, 2011: 97)

⁴ Nota: *Shizhi bendihua* (transformação no aspecto substancial) refere à transformação feita pelo governo da RAEM, que, em resposta às necessidades de desenvolvimento social e vida real do povo, começa a rever e formular o conteúdo de leis e regulamentos de acordo com os aspectos políticos, económicos e outros da sociedade. (Shu Yaozhi, 2011: 97)

a descrição sobre o papel de Macau como Plataforma pelo Secretariado Permanente do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau)⁵:

“Macau e os Países de Língua Portuguesa mantêm estreitas relações seculares históricas e culturais, têm um sistema administrativo e legal da mesma matriz e Macau partilha ainda com os Países de Língua Portuguesa a língua portuguesa consagrada, na RAEM, por um sistema oficial de bilinguismo em chinês e português. Os residentes de Macau são íntimos conhecedores das tradições e culturas do Interior da China e dos Países de Língua Portuguesa e os empresários de Macau possuem um bom conhecimento dos mercados da China e dos Países de Língua Portuguesa. Estas vantagens contribuem para o aprofundamento do papel de Macau como a plataforma de serviços entre a China e os Países de Língua Portuguesa.”⁶

De acordo com as Linhas Gerais do Planeamento para o Desenvolvimento da Grande Baía de Guangdong-Hong Kong-Macau, emitido e implementado pelo Comité Central do Partido Comunista da China e pelo Conselho de Estado em Fevereiro de 2019, o Governo da RAEM visa

“construir um centro mundial de turismo e lazer, uma plataforma de serviço de cooperação empresarial entre a China e os países de língua portuguesa, promover um desenvolvimento económico moderadamente diversificado e criar uma base de intercâmbios e cooperação com a cultura chinesa como cultura dominante e coexistência multicultural.” (Capítulo 3, n.º 2: http://www.gov.cn/gongbao/content/2019/content_5370836.htm)

Daí que haja grande procura na tradução jurídica português-chinês, sendo que, neste contexto, é possível pensar nas seguintes perguntas: Que estratégias de tradução podem ser utilizadas para a tradução jurídica português-chinês? Como se pode tornar os diplomas jurídicos traduzidos mais naturais e melhor aceites pela sociedade?

Embora as teorias da tradução de perspectiva linguística tenham desempenhado um papel importante na tradução jurídica, esta abordagem não pode satisfazer a procura

⁵ Nota: O Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau) foi criado em Outubro de 2003, por iniciativa do Governo Central da China e em coordenação com sete Países de Língua Portuguesa, nomeadamente Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste, e com a colaboração do Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), tendo sido acolhido, em Março de 2017, São Tomé e Príncipe, que se tornou o oitavo País de Língua Portuguesa participante. O site oficial é: <https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/home-pt/>

⁶ <https://www.forumchinaplp.org.mo/pt/papel-de-macau-como-plataforma-2/>

da tradução jurídica nos dias de hoje. O maior defeito deste tipo de teorias é o de darem prioridade aos factores de linguagem e ignorarem origens e factores sociais e as discrepâncias entre os diferentes sistemas jurídicos.

“A tradução jurídica já não é considerada um processo de transcodificação linguística, mas um ato de comunicação em mecanismo de direito. Como tal, é preciso levar em conta os factores conjunturais que constituem a produção e a recepção dos textos paralelos dos instrumentos jurídicos.” (tradução própria, Sarcevic, 1997: 55) Para produzir versões traduzidas precisas, os tradutores jurídicos não podem deixar de levar em consideração factores sociais e contextos ao traduzir.

Este estudo tem como objectivo investigar a tradução jurídica em contextos sociais, ilustrando quais os obstáculos encontrados pelos tradutores na tradução jurídica e como lidar com os problemas suscitados com estratégias adequadas.

Os textos jurídicos são diferentes dos textos técnicos e científicos gerais e ainda mais dos textos literários, na medida em que se caracterizam por um alto nível de rigor e objectividade, e os padrões de elaboração de frases legais também são complexos. Além disso, os conceitos jurídicos são abstractos e difíceis de entender. Todas estas características aumentam a dificuldade da tradução jurídica. A fim de traduzir melhor, a tradução limitada no nível linguístico por si só está longe de ser suficiente, sendo necessário também considerar-se muitos factores que afectam e determinam a intenção legislativa e o efeito jurídico. No processo de estudo e exploração dos sistemas e das regras jurídicas, os tradutores jurídicos ficam inevitavelmente envolvidos no estudo dos sistemas jurídicos correspondentes ao contexto da língua de partida (doravante designada simplesmente por “LP”) e da LC. Nesse processo, a compreensão da sociedade é particularmente relevante.

1.4. Metodologia de pesquisa e estudo

Em primeiro lugar, é realizada uma investigação sobre os documentos elaborados por académicos chineses e ocidentais sobre tópicos relacionados, tais como sociedade, tradução, língua, tradução jurídica, e a história do desenvolvimento e situação actual

da tradução jurídica em Macau, entre outros. Com base nisso, é construída uma ideia abrangente sobre os pontos de vistas diversificados de estudiosos e tradutores no estudo da influência dos factores sociais na tradução e da tradução jurídica e sobre os resultados conquistados por eles. A seguir, é estudada de forma global a história de Macau, principalmente na área legislativa, judicial, cultural e social. Além disso, é estudada a actual versão bilingue em chinês e em português do Código Civil de Macau, com o fim de entender os fenómenos sociais manifestados na tradução e os factores sociais que possivelmente afectam a tradução.

Em segundo lugar, na análise da situação de Macau, é adoptado o método da análise de dados. Com base nas estatísticas e análises de dados sobre Demografia e Agregados Familiares recolhidos pela Direcção dos Serviços de Estatística e Censos do Governo da RAEM⁷ de 1989 a 2016, é explorada a influência dos factores sociais da sociedade na tradução jurídica, principalmente nos respeitantes ao ambiente linguístico social.

Além disso, no processo de pesquisa e estudo da questão focada deste artigo, são utilizados os dicionários relevantes, para apoio à interpretação dos termos e conceitos ao nível semântico.

Por fim, através do método da síntese da pesquisa e do estudo, são analisadas as situações específicas da prática da tradução jurídica português-chinês do Código Civil de Macau, para efeitos de sistematização e teorização.

⁷ Dados publicados no site: <https://www.dsec.gov.mo/zh-MO/Statistic?id=1>

Capítulo 2. Sociedade e a tradução jurídica

2.1. A evolução no estudo de tradução para uma perspectiva social

Desde a segunda metade do século XX que a investigação e o estudo de teorias da tradução se têm desenvolvido. Os seus modelos de pesquisa diversificados e interdisciplinares por meio de aprendizagem mútua, troca, confronto e penetração não forneceram apenas novos pontos de apoio e crescimento para o desenvolvimento da disciplina, mas também oferecem às disciplinas afins uma nova perspectiva indispensável.

Antes do surgimento da linguística funcional na década de 1970, o desenvolvimento do estudo na área de linguística moderna passou por dois estágios principais: a linguística estrutural (Saussure, 1959) e a gramática transformacional-gerativa (Noam Chomsky, 1957). Embora existam grandes diferenças entre estes dois tipos de estudo, ambos defendem que se trata do estudo da linguagem como um sistema formal abstracto, fechado e estático, e tentam descrever a estrutura da linguagem de uma maneira altamente formulado e formal, sem envolver o estudo no nível semântico e pragmático, limitando-se dentro do âmbito de frases, enquanto o estudo de linguística funcional se opõe ao estudo que se foca só na linguagem abstracta. Na análise de perspectiva de linguística funcional, começa-se principalmente com a fala, esperando-se encontrar os modos convencionais e especiais da linguagem a partir da perspectiva do ambiente linguístico e da função comunicativa da linguagem. Além disso, o nível do estudo estende-se a artigos e discursos. Na década de 1970, à medida que a gramática funcional de Halliday basicamente amadurecia, as diferenças entre os dois paradigmas da linguística formalista e da linguística funcionalista foram-se tornando cada vez mais aparentes.

Desde a década de 1970 que, com o surgimento dos estudos culturais, os

acadêmicos culturais têm prestado atenção a questões de tradução. A abordagem linguística formalista e a abordagem literária tradicional são cada vez mais questionadas. Os estudiosos da tradução procuram estudar e analisar a tradução num contexto cultural relativamente mais amplo. Alguns estudiosos na Bélgica e na Holanda dão início a estudos preliminares de tradução. No artigo “*The Name and Nature of Translation Studies*”, escrito por Holmes em 1972, é apontado que a tradução final é influenciada por factores culturais e sugere que a tradução deve ser estudada na cultura social da LC. (publicado em Lawrence Venuti, 2000: 172-185) Embora ele não investigue nem analise em detalhe a relação entre a tradução e a cultura, a combinação das duas para a investigação e para o estudo constitui um importante começo teórico na época, com a introdução de elementos culturais nos estudos de tradução. Posteriormente, Bassnett e Lefevere vêm a defender conjuntamente a integração de estudo em tradução no contexto macro da construção cultural e a apresentar uma perspectiva teórica sobre o estudo em tradução a partir de uma perspectiva cultural. No livro *Constructing Cultures: Essays on Literary Translation*, publicado em conjunto pelos dois em 1998, Bassnett analisa as questões teóricas nos aspectos de natureza, do escopo e da perspectiva cultural do estudo em tradução. Ela acredita que a tradução não é puramente um ato de conversão de idioma, mas um ato enraizado nas profundezas da cultura relevante, argumentando que a tradução é essencialmente uma interacção entre as culturas e que a equivalência da tradução é uma equivalência ao nível de função cultural ou ao nível cultural da LP e da LC. (1998: 137-138) O artigo de Lefevere (2004) analisa principalmente a influência e a manipulação exercidas pela ideologia sobre o texto traduzido e ele acredita que a tradução constitui, não apenas uma conversão linguística, mas também uma recriação cultural do texto original pelo tradutor.

Desde a evolução para uma perspectiva cultural no estudo e na análise da tradução nos anos 90 do século XX que o escopo dos estudos da tradução tem continuado a expandir-se, envolvendo não apenas estudos nas áreas da linguística e da literatura, mas também da etnologia, dos estudos culturais, da psicologia, da filosofia e até mesmo da política internacional, tornando-se um assunto verdadeiramente abrangente.

Como Bassnett e Lefevere argumentam: “Os estudos de tradução agora abrangem qualquer coisa que tenha a ver com tradução.” (tradução própria, 1998: 1) Os estudos em tradução na perspectiva cultural, iniciando do fim do século XX, superam muitas deficiências dos dois paradigmas anteriores de estudo em tradução e têm um grande impacto na história do desenvolvimento da tradução. Após o estudo em tradução na perspectiva de linguística, um novo ramo de estudo vem a ser estabelecido. Há cada vez mais estudiosos da tradução que focam o seu trabalho de investigação neste campo e colocam as actividades de tradução num contexto cultural.

É verdade que o estudo das actividades de tradução da perspectiva cultural corrige muitos problemas na abordagem linguística dos estudos da tradução e desperta grande interesse entre muitos estudiosos. No entanto, o conteúdo dos estudos culturais é extremamente amplo, fazendo com que seja difícil definir e esclarecer o escopo e o conteúdo dos estudos de tradução desta área.

Ao mesmo tempo, é crítico notar que a cultura faz parte da sociedade e, portanto, é razoável estudar as actividades de tradução de uma perspectiva social. A tradução é um tipo de actividade social, e o texto traduzido é uma manifestação abrangente da língua, da cultura e da sociedade.

Os estudos sociológicos deixam influências para estudos e análises de tradução, dando início à evolução para uma perspectiva de análise de base social. Quanto à influência das teorias sociológicas contemporâneas nos estudos da tradução, há três principais, nomeadamente a Teoria da Prática (*Theory of Practice*) do sociólogo francês Bourdieu, a Teoria dos Sistemas Sociais (*Theory of Social Systems*) do sociólogo Alemão Luhmann e a Teoria Ator-Rede (*Actor-Network Theory*, conhecida como ANT) do sociólogo francês Latour.

Conforme Wacquant (1989), a fim de transcender a oposição binária entre subjectivismo e objectivismo, Bourdieu argumenta que se precisa de romper os modos de subjectivismo e de objectivismo da prática social ao mesmo tempo, propondo assim um terceiro modo de conhecimento que combina os dois, isto é, a sociologia da reflexão. Essa Teoria da Prática é altamente reflexiva. (Wacquant, 1989: 55) Bourdieu acredita que a entidade socializada não está localizada no lado oposto da sociedade,

que é na verdade uma das formas de existência da mesma. Tendo como objectivo transcender a oposição binária entre o indivíduo e a sociedade, Bourdieu propõe o conceito de “*habitus* (hábito)”, que enfatiza a penetração mútua da subjectividade do indivíduo e da objectividade da sociedade e o facto de o indivíduo e a sociedade serem dois aspectos da mesma realidade social, sendo necessária, por causa disto, uma relação interligada. (1980: 290) Depois de superar as duas oposições binárias acima mencionadas, Bourdieu propõe o seu próprio modelo de prática social completo: “ [(*habitus*) (*capital*)] + *field* = *practice*”. (1984: 101) O “*capital* (capital) ” neste modelo é classificado em quatro tipos, isto é, capital económico, capital social, capital cultural e capital simbólico. (Bourdieu, 1986: 43) Quanto ao “*habitus*”, as pessoas nas estruturas objectivas da sociedade adoptam certos comportamentos que são principalmente determinados pelos próprios modos de pensar, e os costumes e tradições da sociedade são internalizados ao longo do tempo, formando conceitos e pensamentos correspondentes, que são expressos através de comportamento externo. Este pensamento e comportamento são caracterizados como “hábito”. O “*field* (campo) ” refere-se à rede ou esquema de relações objectivas entre posições. A existência dessas posições e o papel decisivo que impõem aos seus ocupantes, agentes e instituições são objectivamente definidos pelos seus cenários atuais e potenciais na estrutura de distribuição dos diversos poderes ou capitais, e também pela sua relação com outras posições (Bourdieu e Wacquant, 1992: 97) Desde meados da década de 1990, a comunidade de tradução ocidental tem começado a aplicar esta teoria para estudar as actividades de tradução e interpretação. Quanto à importância de aplicar a Teoria da Prática de Bourdieu aos estudos de tradução, Inghilleri (2005) argumenta que esta teoria influencia os três aspectos: Em primeiro lugar, a aplicação da Teoria da Prática marca uma alteração de paradigma dentro da disciplina de tradução, ou seja, uma mudança na maneira de estudar os processos e produtos de tradução por meios sociológicos e antropológicos; em segundo lugar, é uma reavaliação da tradução descritiva e da teoria do polissistema, e apresenta um conjunto de conceitos mais amplo para descrever as condições sociais e culturais que restringem o comportamento da tradução e os seus produtos; por fim, conforme a Teoria da Prática,

presta mais atenção a tradutores, sendo que, durante a produção e reprodução de textos, os tradutores desempenham um papel de participantes activos. (2005: 125-127)

De forma semelhante ao pensamento de Bourdieu, o de Luhmann tem por objectivo estudar relações entre diferentes coisas ou assuntos. Em 1984, Luhmann publica o seu trabalho sobre o estudo da sociedade a partir da perspectiva da Teoria dos Sistemas: *Soziale Systeme* (Sistemas Sociais). Ele aponta no início deste livro: “No pensamento seguinte, assume-se que exista já um sistema.” (tradução própria, Luhmann, 1995: 12) Na sua opinião, qualquer tipo de acção humana e vários eventos e processos associados a essa acção podem formar um sistema relativamente independente. Portanto, pode-se dizer que o sistema é ubíquo, sendo que, nesta perspectiva, vários fenómenos sociais podem ser organicamente conectados e uma compreensão holística pode ser obtida. Para Luhmann, a definição de um sistema é uma composição em que várias partes estão conectadas entre si, e que serão continuamente diferenciadas e conectadas no processo de evolução social. Quanto à aplicação da teoria do sistema social em estudos de tradução, Hermans acredita que existem dois pontos de entrada principais: por um lado, aplica-se a Teoria do Sistema ao estudo da tradução literária e normas de tradução; por outro lado, conecta-se conceitos normativos e estruturas de expectativa. (1999: 139) Conforme Ding Donghong, uma das características importantes da Teoria do Sistema de Luhmann é a “*autopoiesis* (auto-reprodução)”, isto é, o sistema social é um sistema auto-reprodutivo, organizado de maneiras diferentes. Outra característica está relacionada com a “auto-reprodução”, que é auto-referencial, que se refere à capacidade do indivíduo em distinguir os seus factores internos do ambiente externo em virtude da operação de auto-reprodução, destacando-se assim a sua subjectividade e diferenciando-se a mesma de outros sistemas sociais. (2005: 37) Do ponto de vista teórico de Luhmann, a tradução também pode ser considerada como um subsistema do sistema social e pode interagir com outros subsistemas sociais. A existência da tradução é indissociável do ambiente envolvente, embora opere internamente, sempre interagindo com os vários subsistemas externos.

O principal defensor da Teoria Ator-Rede é Latour. A Teoria Ator-Rede de Latour abrange agentes humanos e não humanos. Independentemente da intencionalidade, o actor refere-se a tudo que possa causar comportamento. A Teoria Ator-Rede rejeita a oposição material-espiritual, dando atenção tanto a atores quanto aos seus produtos e à interacção entre eles. (Buzelin, 2005: 198) Buzelin acredita que, em comparação com a Teoria da Prática Social de Bourdieu, a área mais útil da Teoria Ator-Rede para os estudos da tradução pode ser o estudo do processo real de tradução e dos seus participantes. A teoria de Bourdieu não se estende a estes dois aspectos. (2005: 214)

A partir da análise sobre a aplicação das três teorias sociológicas acima referidas nos estudos da tradução, é possível verificar-se que elas possuem um conjunto de características comuns. Em primeiro lugar, transcendem o próprio texto e, tratando a tradução como um ato, colocam o trabalho de tradução no contexto macro social. Em segundo lugar, redefinem o objecto de estudos de tradução, abrindo um novo caminho para os estudos relativos. Em terceiro lugar, as três teorias sociológicas estão cientes da insuficiência e das limitações das teorias linguísticas e todas procuram aprofundar os estudos da tradução e compensar os defeitos das teorias anteriormente existentes. Por fim, trata-se da tradução como um processo de produção, atribuindo importância ao factor humano na tradução, ou seja, o tradutor. Pode-se dizer que o estudo da tradução na perspectiva social amplia muito a extensão dos estudos da tradução e, ao mesmo tempo, traz mais modos de pensamento dialéctico e métodos de pesquisa mais racionais, o que é um avanço nos estudos da tradução.

2.2. Relação entre a sociedade e a tradução jurídica

Anthony Giddens, um sociólogo moderno diz: “Todos nós falamos línguas que nenhum de nós, como indivíduos, criou, embora todos usemos a linguagem de forma criativa” (tradução própria, 1991:8). A linguagem é um fenómeno social porque é a base de todos os assuntos sociais. Por um lado, aprendemos a língua da nossa comunidade e é por causa disso que Giddens afirma que nenhum de nós criou a língua que falamos, porque a língua já está vigente na sociedade onde vivemos. O que

podemos fazer é apenas a aprendemos. Mas, como indivíduos, somos diferentes e podemos usar a linguagem de acordo com a própria mente de forma diferente.

Todos os seres humanos se desenvolvem e vivem com outros seres humanos, numa sociedade. Cada decisão de tradução é um ponto de encontro entre a própria individualidade do tradutor e a sociedade da qual ele faz parte.

Segundo Sergey Tyulenev (2014), os dois principais significados do termo “sociedade” usado em sociologia são os seguintes:

“1. a sociedade como formação social com as suas próprias instituições políticas, económicas, religiosas, familiares e educacionais, entre outras, distintas das de outras sociedades. Nesse sentido, a noção de sociedade pode referir-se a grandes impérios ou formações semelhantes a Estados, por exemplo, a França, a Argentina, a África do Sul, o Egipto Antigo, o Império Russo ou pequenas tribos.

2. a sociedade amplamente concebida como sinónimo dos termos “ordem social” ou “estrutura social”. A sociedade é considerada como um grupo de modos de comportamento institucionalizados, onde “institucionalizado” significa existir de forma recorrente em diferentes tempos e espaços.” (tradução própria, 2014:12)

Ambos os entendimentos do termo “sociedade” são úteis para analisar os aspectos sociais e os factores que impactam na prática de tradução. Estudar a tradução em determinado contexto de sociedade ajuda a entender como a tradução é praticada, pensada, apreciada em diferentes países e povos em diferentes períodos de sua história. A tradução é uma actividade desenvolvida na sociedade humana. Já na década de 1970, James S. Holmes propõe que os estudos de tradução possam ser conduzidos a partir de uma perspectiva social. A principal preocupação a esse respeito é esta: num determinado momento e num determinado lugar, quais são os textos traduzidos (muitas vezes sendo igualmente importante saber quais não são traduzidos) e que tipo de impacto é que os textos traduzidos têm. (Holmes, 2000:177)

Segundo Sergey Tyulenev, os tradutores podem demonstrar a sua socialização em dois níveis: por um lado, têm convicções, crenças, princípios morais, etc.; por outro lado, os tradutores também são profissionais socializados. (2014: 14) Cada tradutor é um indivíduo único com seus próprios gostos e desgostos e com um único carácter.

Esta individualidade humana resulta de uma dinâmica complexa de criação e cultura, daquilo que a pessoa aprende com a sua exposição às diferentes circunstâncias da sua vida e do seu ambiente social. Segundo Sergey Tyulenev, cada tradutor é uma personalidade socializada única. Para além disso, os tradutores podem ter sido treinados num programa de treinamento de tradutores, onde os tradutores adquirem conhecimento e experiência, bem como interiorizam valores éticos, que os tornam tradutores aos seus próprios olhos e aos olhos dos outros para quem trabalham. Este processo também determina o seu papel socializado. (2014: 14)

Tomando em consideração os dois aspectos da tradução acima mencionados, a tradução é uma actividade social praticada em contextos sociais e praticada por seres humanos socializados. É inegável que estudar a tradução a partir de uma perspectiva social é um meio através do qual é possível tomar decisões de tradução de forma mais profunda e abrangente.

Quanto à tradução jurídica, é um trabalho de alcance crítico na sociedade. Conforme Hoebel, quanto mais alto é o grau de civilização humana, mais os seres humanos precisam de leis e mais leis são promulgadas. (1954: 292) Os diplomas jurídicos são quase um reflexo das necessidades sociais. Em alguns países, verifica-se uma tendência para um maior enfoque no estudo da “cultura jurídica” a partir dos anos de 1960, o que é um novo rumo de pensamento macroscópico do direito, que influencia as actividades da prática jurídica humana. Por exemplo, Lawrence Friedman, um dos líderes do movimento académico americano “*Law and Society* (Direito e Sociedade)” no século XX, conhecido como um estudioso do direito americano na área da sociologia e da teoria da cultura do direito, introduz no *Legal Culture and Social Development* (Cultura Jurídica e Desenvolvimento Social) claramente o conceito central da “cultura jurídica” (1969: 34). Friedman acredita que os elementos da cultura jurídica desempenham o papel de variáveis intermediárias entre a inovação social e as mudanças jurídicas: “Esses aspectos da lei - a cultura jurídica - influenciam todo o sistema jurídico. Mas eles são particularmente importantes como fonte de requisitos feitos ao sistema. É a cultura jurídica, ou seja, a rede de valores e atitudes em relação à lei, que determina quando, por que razão e

onde as pessoas recorrem à lei ou ao governo ou se afastam.⁸” (tradução própria, 1969: 34).

O diploma jurídico é estabelecido em função de uma situação social e de exigências sociais, pelo que na sua tradução, também não pode haver um afastamento de um estudo na perspectiva social.

⁸ Nota: texto original: “These aspects of law--the legal culture--influence all of the legal system. But they are particularly important as the source of demands made on the system. It is the legal culture, that is, the network of values and attitudes relating to law, which determines when and why and where people turn to law or government, or turn away”

Capítulo 3. A influência dos factores sociais na tradução jurídica de Macau

3.1. A influência da política da sociedade na tradução jurídica

3.1.1. O estatuto da tradução jurídica determinado pela política da sociedade

Conforme Nuno Calado, a expressão de “tradução jurídica” é constituída por duas partes, isto é, o substantivo “tradução” e o adjectivo “jurídica” e, por causa disso, admite, pelo menos, duas acepções:

“- Ou se trata da simples actividade de tradução de leis, no sentido de tradução de diplomas com carácter legislativo ou simplesmente “tradução de leis”.

- Ou se refere a actividade de tradução de actos normativos que assume carácter jurídico, isto é, de tradução com força normativa, ou noutra formulação, “tradução legislativa” ou para valer como lei.” (Nuno Calado, 1995: 73)

O primeiro é uma tradução simples, que traduz leis e regulamentos de natureza jurídica para uma outra língua. O texto traduzido desempenha apenas um papel de facilitar a compreensão ou de uma introdução do texto original e não serve de um substituto para os mesmos efeitos legais. “Estas traduções têm, obviamente, um carácter meramente informativo e formativo, sendo utilizadas para fins académicos ou científicos (...) Tais traduções não têm, obviamente, carácter jurídico, nem têm qualquer força vinculativa ou imperativa.” (Nuno Calado, 1995: 73) Normalmente, a tradução de livros didácticos do Curso de Direito, de documentos governamentais e de folhetos para divulgar o conhecimento jurídico, entre outros, é do mesmo tipo de tradução;

O segundo é “a tradução de actos normativos que reveste força de lei e que, por

isso, pode ser imposta e invocada como se se tratasse do acto normativo traduzido, a “tradução legislativa”. É o tipo de tradução exigida pelos sistemas jurídicos em que exista mais do que uma língua oficial” (1995: 74) A tradução jurídica pode ser utilizada como uma ferramenta eficaz para apresentar qualquer ato jurídico, tendo o mesmo efeito jurídico do original. As traduções jurídicas deste tipo desempenham um papel muito importante em países e regiões onde coexistam duas ou mais línguas oficiais, porque, nesses lugares, várias línguas têm um estatuto igual, isto é, de línguas oficiais.

A soberania em matéria de língua nacional tem como conteúdo principal o estatuto legal da língua comum falada e escrita do país. As línguas correntes são determinadas pela política do país. De acordo com Mesthrie, Swann, Deumert e Leap, o termo “política linguística” refere-se aos “objectivos linguísticos, políticos e sociais mais gerais subjacentes ao processo de planeamento da linguagem actual” (tradução própria, 2000: 384). A política linguística é a personificação de certas políticas, reflectindo concretamente a atitude do governo em relação às questões sociais, e faz parte da política geral de um país. Portanto, a política linguística é restringida pela política geral e, ao mesmo tempo, afecta a implementação da política geral. (Chen Zhanhai, 2005: 148)

Segundo Spolsky e Lambert, a política linguística de uma comunidade consiste no conjunto de escolhas de linguagem, quer os sons, as palavras, a gramática ou as variantes de línguas, quer os símbolos ou os dialectos, e nas crenças ou ideologias associadas a essas escolhas, que podem ser encontradas nas práticas e crenças linguísticas, bem como nas decisões políticas formais, como leis, constituições ou regulamentos. (2006: 561) Tomando a política linguística de Macau em consideração, o chinês tornou-se a língua oficial após a transferência da região para a China. De acordo com o Artigo 9.º da Lei Básica de Macau:

Além da língua chinesa, pode usar-se também a língua portuguesa nos órgãos executivos, legislativo e judiciais da Região Administrativa Especial de Macau, sendo também o português língua oficial

e de acordo com o Artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 101/99/M,

O acto normativo é unitário e qualquer das suas versões nas duas línguas oficiais faz fé pública, presumindo-se que têm o mesmo sentido e alcance.

No caso de se verificarem divergências de sentido entre as versões de um acto normativo, adopta-se um sentido admitido por ambas, tendo em conta as regras normais de interpretação da lei ou, não sendo tal possível, aquele sentido que melhor se coadune com os objectivos prosseguidos pelo acto.

A partir disso, pode-se afirmar que a tradução chinesa das leis de Macau é juridicamente vinculativa e tem o mesmo poder vinculativo e normativo que a versão portuguesa. Portanto, pode concluir-se que o estatuto da tradução jurídica para chinês de Macau pertence ao segundo tipo acima mencionado. Como o estatuto da versão traduzida para chinês tem o mesmo lugar do original em português, ao traduzir, é necessário, não só ser-se fiel ao texto original, como também ter-se uma visão global, isto é, uma visão em que se parta da base textual do texto original, sendo crítico descobrir a sua verdadeira essência, ou seja, a intenção legislativa e o efeito legal, a fim de garantir que a versão traduzida possa emitir a informação correta.

No caso da Região Administrativa Especial de Hong Kong (doravante designada simplesmente por “RAEHK”), que é comparável com o da RAEM, o Artigo 9.º da Lei Básica da RAEHK da República Popular da China decretado no ano de 1992 trata especificamente das políticas linguísticas, regulando que, além da língua chinesa, o inglês também pode ser usado como língua oficial pelas autoridades executiva, legislativa e judiciária da RAEHK. De acordo com as disposições da Lei Básica sobre bilinguismo, em outras palavras, o chinês e o inglês são ambas línguas oficiais de Hong Kong, toda a legislação em Hong Kong é promulgada em chinês e inglês, e ambas as versões têm o mesmo estatuto. Então, a tradução jurídica em chinês da RAEHK também pertence ao segundo tipo acima mencionado.

Quanto a Taiwan, as línguas correntes de Taiwan estão actualmente num período de desenvolvimento multilíngue e multi-dialecto. O mandarim, o dialecto minnan, o hakka, as línguas aborígenes e algumas línguas estrangeiras coexistem. O mandarim é a língua corrente das comunidades de Taiwan, com o maior grau de utilização, sendo não só a língua oficial usada na educação escolar de Taiwan, mas também a língua

oficial usada em notícias, publicações e documentos oficiais. (Jun e Lu, 2007: 49). No ano de 2002, Chen Shuibian, o líder do Partido Democrático Progressista de Taiwan naquela época argumenta que, na perspectiva de aumento da competitividade internacional, a utilização do inglês como segunda língua oficial era um assunto que merecia uma discussão aprofundada. O propósito político da “independência de Taiwan” de alguns políticos de Taiwan está mais ou menos manifestado na política linguística que promovem. O objectivo directo da adopção de uma série de políticas linguísticas por aqueles políticos que favorecem o bilinguismo em Taiwan é enfraquecer, abalar ou mesmo abolir o estatuto de mandarim (*guoyu* 国语) como língua oficial. (Jun e Lu, 2007: 53) Na verdade, as autoridades de Taiwan nunca implementaram o respectivo projecto bilingue. (Jun e Lu, 2007: 53) Mas há uma versão inglesa das leis de Taiwan, que pertence ao primeiro tipo mencionado acima, isto é, tem apenas como objectivo apresentar as leis, não possuindo efeito legal.

3.1.2. A política social influencia as formas de tradução jurídica

Lefevere argumenta na sua obra *Translation, Rewriting and the Manipulation of Literary Fame (Translation Studies)* (Tradução, reescrita e controle da reputação literária (Estudos da Tradução)) que a tradução é a reescrita do texto original e não pode reflectir verdadeiramente a conotação e a essência do texto original e que isso ocorre porque a tradução é controlada por factores políticos do início ao fim, reflectindo, em certo ponto, a cultura social da língua alvo e as suas características. (2004: 15) Daí que as traduções não deixem de obter impactos da política.

I. Uso do chinês clássico (*wenyan* 文言)

A política da língua jurídica bilingue e o enquadramento da tradução português-chinês das disposições legais fazem com que a própria língua legislativa chinesa de Macau apresente algumas características específicas. “A normalização da

língua legislativa chinesa em Macau é essencialmente uma normalização no contexto da diversidade linguística, tendo uma particularidade diferente da língua legislativa da China Continental.” (tradução própria, Wang e Bai, 2020: 19) Além disso, também é diferente da língua legislativa de RAEHK e de Taiwan.

No século XX, a China realizou duas modificações na sua política sobre a promoção do mandarim. Na primeira metade do século XX, sob a influência da promoção de mandarim (*baihuawen* 白话文) do Movimento de Nova Cultura (*xinwenhua yundong* 新文化运动), as línguas correntes na sociedade sofreram grandes mudanças. A divulgação de mandarim desenvolve-se de forma muito rápido e, conforme Mu Jiaming, o uso do chinês clássico nos textos práticos também foi desenvolvido, mas de forma devagar. (2002: 26) Na segunda metade do século XX, após a fundação da República Popular da China, a promoção do mandarim conseguiu grande progresso. Quase todos os documentos oficiais na China Continental passaram a ser elaborados em mandarim, enquanto em Macau, Hong Kong e Taiwan, o chinês clássico continuava a ser aplicado de forma mais frequente. (Mu Jiaming, 2002: 27)

Em Macau, as “*Guanyu Falü Zhongyiben zhi Yibanyongci ji Xingwen Guifan* 关于法律中译本之一般用词及行文规范 (Normas sobre escolha gerais dos termos e estilo ou maneira da escrita da tradução jurídica chinesa)”, formuladas pelo Gabinete para a Tradução Jurídica de Macau no ano de 1992, regulam que “O texto chinês deve ser escrito em chinês standardizado, que não seja vulgar e inculto (...) Escolha chinês clássico simples e palavras mais elegantes, a fim de que a tradução seja distinta e confiável” (tradução própria, Huang Yi, 2007: 179-180).

Através de um estudo comparativo da versão bilingue do Código Civil de Macau, é possível constatar que o chinês utilizado na tradução chinesa do Código Civil de Macau é mais conservador do que o chinês moderno standardizado aplicado na China Continental, e retém alguns elementos do chinês clássico, apresentando um estilo de escrita clássico e elegante.

Em primeiro lugar, a língua utilizada na tradução chinesa do Código Civil de Macau, distinta do chinês moderno standardizado, não usa o verbo “是 (*shi*)”, que é a forma moderna standardizada, sendo que, em vez disso, se segue o modelo do

chinês clássico, utilizando-se “系 (*xi*)”, “为 (*wei*)”, “属 (*shu*)”, as três palavras clássicas chinesas que têm significados iguais ao verbo “是 (*shi*)”.

Conforme o *Xiandai Hanyu Cidian (diqiban)*, 现代汉语词典 (第 7 版)⁹ (Dicionário de Chinês Moderno (7.^a edição), doravante designado simplesmente por “Dicionário de Chinês Moderno”), o verbo “是 (*shi*)” pode ter vários significados: “1). Usa-se para mostrar que duas coisas são iguais ou a última indica o tipo ou atributo da primeira. 2). Usa-se para classificar uma coisa. 3). Usa-se para indicar que o objecto da declaração pertence à situação descrita após o verbo “*shi*”. 4). Usa-se para indicar existência. O sujeito geralmente é uma palavra que indica um lugar, e o conteúdo depois de “*shi*” indica algo que existe naquele lugar.” (tradução própria, 2016:1197)

Conforme o *Gudai Hanyu Cidian (diyiban)*, 古代汉语词典 (第 1 版)¹⁰ (Dicionário de Chinês Clássico (1.^a edição), doravante designado simplesmente por “Dicionário de Chinês Clássico”), “系 (*xi*)” tem o mesmo significado do verbo “是 (*shi*)” em chinês moderno (2002: 1680); “为 (*wei*)”, quando se usa para fazer julgamento, é equivalente a “是 (*shi*)” em chinês moderno (2002: 1614); “属 (*shu*)” tem o significado de pertencer. (2002: 2049)

Pode ver-se isso nos seguintes exemplos:

A) O uso de “系 (*xi*)”

1. As fundações adquirem personalidade jurídica pelo reconhecimento, o qual é individual e da competência da autoridade administrativa designada pela lei. 财团经认可而取得法律人格; 认可系个别给予, 且属法律指定之行政当局之权限。 (Artigo 141.º n.º 2 do Código Civil de Macau, doravante designada simplesmente por “CCM”)

2. A extinção por virtude da declaração de insolvência **dá-se em consequência** da própria declaração. 因宣告社团无偿还能力而引致之消灭, 系该宣告本身之后果。 (Artigo 171.º n.º 3 do CCM)

⁹ *Xiandai hanyu cidian (diqiban)* 现代汉语词典 (第七版) (Dicionário de Chinês Moderno (7.^a edição)) foi elaborado por 中国社会科学院语言研究所词典编辑室 (Gabinete de edição de dicionário, Instituto de Linguística, Academia Chinesa de Ciências Sociais), publicado por Shangwu yinshuguan 商务印书馆 Imprensa Comercial em setembro de 2016.

¹⁰ *Gudai hanyu cidian (diyiban)* 古代汉语词典 (第 1 版) (Dicionário de Chinês Clássico (1.^a edição)) foi publicado por Shangwu yinshuguan 商务印书馆 Imprensa Comercial em agosto de 2002.

3. Se, por acordo entre declarante e declaratório, e no intuito de enganar terceiros, houver divergência entre a declaração negocial e a vontade real do declarante, o negócio **diz-se** simulado. 如因表意人与受意人意图欺骗第三人之协议而使法律行为之意思表示与表意人之真正意思不一致, 则该法律行为**系**虚伪行为。(Artigo 232.º n.º 1 do CCM)

No primeiro exemplo, o verbo “ser” indica que o tipo de reconhecimento pelo qual “as fundações adquirem personalidade” é individual. Na sua tradução para chinês, usa-se a palavra clássica chinesa “系 (xi)”, em vez do termo do chinês moderno estandardizado “是 (shi)”. No segundo exemplo, o frase “dar-se em consequência” significa que a extinção é a “consequência da própria declaração”, e na tradução chinesa, também se usa a palavra clássica chinesa “系 (xi)” em vez de “是 (shi)”. No terceiro exemplo, usa-se o verbo “dizer-se” para justificar que o negócio é considerado simulado no determinado caso referido, e na sua tradução chinesa utiliza-se a palavra chinesa clássica “系 (xi)”.

B) O uso de “属 (shu)”

1. É igualmente nula, quanto ao excesso, a cláusula que declare o vendedor obrigado a restituir, em caso de resolução, preço superior ao fixado para a venda. 如在有关条款中约定出卖人在合同解除时有义务返还高于原定之买卖价金, 则就该条款所约定之超额部分亦**属**无效。(Artigo 921.º n.º 2 do CCM)

2. **Tratando-se de** arrendamento, aplica-se o disposto no artigo 1031.º 如**属**不动产租赁合同, 则适用第一千零三十一条之规定。(Artigo 975.º n.º 2 do CCM)

3. O disposto neste capítulo sobre a resolução, a caducidade, a revogação unilateral e a denúncia **tem natureza** imperativa. 本章中涉及解除、失效、单方废止及单方终止之规定**属**强行规定。(Artigo 1013.º n.º 3 do CCM)

No primeiro exemplo, usa-se “ser” para indicar o atributo do objecto da declaração. Neste caso, o objecto da declaração “a cláusula” pertence ao atributo descrito após o verbo “ser”, ou seja, “igualmente nula”. Na sua tradução para chinês, não se usa o termo moderno estandardizado “是 (shi)”, e em vez disso, usa-se a palavra clássica chinesa “属 (shu)”. O verbo “tratar-se de” e “ter natureza” nos últimos dois exemplos acima servem para demonstrar uma relação de pertença, ou seja, para

determinar ou definir a situação de algo, tendo o mesmo significado do verbo “是 (*shi*)”. Na tradução chinesa é traduzida com a palavra clássica chinesa “属 (*shu*)”.

C) O uso de “为 (*wei*)”

1. Se o mesmo crédito **for** objecto de vários penhores, só o credor cujo direito prefira aos demais tem legitimidade para cobrar o crédito empenhado;

如同一债权为多项质权之标的, 则本身拥有之权利优先于其他债权人之人方具正当性收取出质之债权 (Artigo 681.º n.º 3 do CCM)

2. **São** fontes imediatas do direito as leis. 法律为法之直接渊源。 (Artigo 1.º n.º 2 do CCM)

O verbo “ser” no primeiro exemplo é utilizado para julgar o atributo de “crédito”, tendo o mesmo significado do verbo “是 (*shi*)”. Na tradução chinesa é traduzida com a palavra clássica chinesa “为 (*wei*)”. No segundo exemplo, é o mesmo caso, ou seja, o verbo “ser” é utilizado para fazer um julgamento do atributo das leis, que são “fontes imediatas do direito”, tendo o objectivo de indicar certa característica ou qualidade. Na sua tradução para chinês, não utilizando o termo do chinês moderno estandardizado “是 (*shi*)”, usa-se “为 (*wei*)”.

Em segundo lugar, na tradução chinesa do Código Civil de Macau não se usa o auxiliar estrutural “的 (*de*)” do chinês moderno estandardizado e segue-se o modelo do chinês clássico, utilizando o auxiliar equivalente “之 (*zhi*)”. Em chinês, o modificador vai primeiro e, a seguir dele, o nome a ser modificado. Conforme o Dicionário de Chinês Moderno, o auxiliar “的 (*de*)” é usado após o atributivo, estabelecendo uma relação modificadora ou uma relação pertencente entre o atributivo e o nome principal. (2016: 272) Quanto ao “之 (*zhi*)”, tem o mesmo significado. (Dicionário de Chinês Clássico, 2002: 2017). Veja-se:

1. Consideram-se leis **todas as disposições genéricas provindas dos órgãos competentes do território de Macau e dos órgãos estaduais nos limites da sua competência legislativa relativa a Macau.** 来自澳门地区有权限机关或来自国家机关在其对澳门之立法权限范围之一切概括性规定, 均视为法律。 (Artigo 1.º n.º 2 do CCM)

2. O tribunal não pode abster-se de julgar, invocando a falta ou obscuridade da lei ou alegando **dúvida insanável** acerca dos factos em litígio. 法院不得以法律无规定、条文含糊

或对争议之事实有不可解决之疑问为借口拒绝审判 (Artigo 7.º n.º 2 do CCM)

No primeiro exemplo, há dois casos de relação pertencente, cujos nomes principais são “todas as disposições genéricas” e “competência legislativa”. No primeiro caso, a parte “provindas dos órgãos (...) a Macau” é o atributivo a modificar o nome principal “todas as disposições genéricas”. Por causa disso, na sua tradução chinesa, utiliza-se “之 (*zhi*)” do chinês clássico após o atributivo, formando a frase traduzida: modificador (来自澳门地区(...)权限范围 provindas dos órgãos (...) a Macau) + “之” + nome principal (一切概括性规定 todas as disposições genéricas). No segundo caso, “a sua competência legislativa relativa a Macau” também é uma relação pertencente, isto é, a “competência legislativa relativa a Macau” pertence aos órgãos anteriormente referidos. E na sua tradução, usa-se “之 (*zhi*)” do chinês clássico após “来自澳门地区(...)对澳门”, seguido do nome principal “立法权限 competência legislativa”. Nestes dois casos, aplica-se o chinês clássico “之 (*zhi*)” em vez do auxiliar “的 (*de*)” do chinês moderno.

No segundo exemplo, existe um caso de relação modificadora: “dúvida insanável”, o adjectivo “insanável” é para modificar o nome principal “dúvida”. Então, na sua tradução em chinês, utiliza-se “之 (*zhi*)” após o adjectivo, formada a estrutura “modificador (不可解决 insanável) + “之” + nome principal (疑问 dúvida)”.

Além disso, a expressão do chinês clássico “之 (*zhi*)” na tradução chinesa também é usada como pronome, que significa “isto”. (Dicionário de Chinês Clássico, 2002: 2017) Juntamente com o verbo do chinês clássico “为 (*wei*)”, que tem o significado de “fazer” (Dicionário de Chinês Clássico, 2002: 1614), formando a expressão verbo-objectivo “为之 (*weizhi*)” que significa “realizar algo, fazer algo ou afins. “为 (*wei*)” pode se usar de forma general para substituir os verbos accionais, tendo objectivo de evitar repetição. Pode ver-se isso seguidamente:

O acto de instituição da fundação, os estatutos e as suas alterações não produzem efeitos em relação a terceiros, enquanto não forem publicados no Boletim Oficial de Macau; a publicação só é passível de **ser efectuada** após o acto de reconhecimento ou da homologação estatutária. 创立财团之行为、财团章程及对其所作之修改, 仅在《澳门政府公报》上公

布后，方对第三人产生效力；公布仅在确认行为或认可章程之行为作出后，方得为之。

(Artigo 174.º n.º 6 do CCM)

Nesta frase, “为之 (*weizhi*)” representa a acção de “efectuar a publicação”. Usa-se assim porque, na tradução chinesa, já aparece uma vez “公布 (*publicar*)”, e para evitar a repetição nesta frase, usa-se “为之 (*weizhi*)”.

Em terceiro lugar, na tradução chinesa do Código Civil de Macau, o auxiliar do chinês clássico “者 (*zhe*)” é usado muitas vezes. Conforme o Dicionário de Chinês Clássico, este auxiliar é utilizado após adjetivos, verbos, locuções verbais ou locuções adjectivas, formando um sintagma nominal para referir a um objecto, uma pessoa ou um evento com certa característica ou certo atributo. (2002: 2006). Pode ver-se isso seguidamente:

a). Quando se usa para referir a uma pessoa

1. É menor quem não tiver ainda completado 18 anos de idade. 未满十八岁者为未成年人。

(Artigo 111.º do CCM)

2. Aquele que perfizer 18 anos de idade adquire plena capacidade de exercício de direitos, ficando habilitado a reger a sua pessoa e a dispor dos seus bens.

年满十八岁者取得完全行为能力，从而具备处理其人身事务及处分其财产之资格。

(Artigo 118.º do CCM)

Nestes dois exemplos, usa-se uma oração subordinada adjectiva por referência a um certo tipo de pessoas. No primeiro exemplo, “não tiver ainda completado 18 anos de idade” é uma oração subordinada adjectiva restritiva. O pronome relativo é “quem”, cujo antecedente é nulo. O artigo estipula que uma pessoa que ainda não tiver completado 18 anos de idade é menor. Por causa disso, na tradução em chinês, utiliza-se “者 (*zhe*)” após a oração adjectiva, formando a estrutura “未满十八岁者”, indicado um tipo de pessoas cuja característica é a de que “não tiver ainda completado 18 anos de idade”. No segundo exemplo, a expressão “aquele que perfizer 18 anos de idade adquire...” significa que pessoa com característica de que perfizer 18 anos de idade adquire “plena capacidade de exercício de direitos”. A oração subordinada adjectiva restritiva serve para modificar o nome principal, ou seja, o antecedente. Por

causa disso, na sua tradução chinesa, utiliza-se “者 (zhe)” após a locução, formando-se a estrutura “年满十八岁者”, a qual indica uma pessoa que tenha concluído os 18 anos de idade.

b). Quando se usa para referir a um objecto

É nula, mesmo que seja anterior ou posterior à constituição da hipoteca, **a convenção** pela qual o credor faz sua a coisa onerada no caso de o devedor não cumprir. 如约定在债务人不履行给付时债权人可将抵押物据为己有者, 不论该约定先于或后于抵押权之设定而订立, 均属无效。(Artigo 690.º do CCM)

Neste caso, encontra-se uma oração subordinada adjectiva “o credor faz sua a coisa onerada no caso de o devedor não cumprir” com pronome relativo “a qual” para referir a um certo tipo de “convenção”. Na sua tradução, usa-se o termo do chinês clássico “者 (zhe)” após a oração adjectiva, formando-se a estrutura “约定在债务人不履行给付时债权人可将抵押物据为己有者”.

c). Quando se usa para referir a um assunto

1. A má-fé, neste caso, consiste no conhecimento de que o ausente sobreviveu à data da morte presumida.上款所指之恶意系指明知失踪人于推定死亡之日仍生存者。(Artigo 109.º n.º 3 do CCM)

2. Se o cumprimento for declarado nulo ou anulado por causa imputável ao credor, não renascem as garantias prestadas por terceiro, salvo se este conhecia o vício na data em que teve notícia do cumprimento da obrigação.

基于可归责于债权人之原因而使履行被宣告无效或撤销时, 第三人所提供之担保不重新出现, 但第三人在获悉债务履行之日明知该瑕疵存在者除外。(Artigo 756.º do CCM)

Não se encontra uma oração subordinada adjectiva nestes dois exemplos, mas ambos indicam a um assunto ou a uma situação determinada declarada no artigo. No primeiro exemplo, apresenta-se um caso, que deve considerado como a “má-fé”. Neste sentido, “o conhecimento de que o ausente sobreviveu à data da morte presumida” serve para explicar o certo caso. Por causa disso, utiliza-se o auxiliar do chinês clássico na sua tradução chinesa, formando-se a expressão “明知失踪人于推定死亡之日仍生存者 (o caso em que se conhece que o ausente sobreviveu à data da morte presumida)”, que explica o caso determinado da “má-fé”. No segundo exemplo,

encontra-se uma oração subordinada adverbial concessiva, a qual estipula que “não renasçam as garantias prestadas por terceiro”, salvo a situação em que o terceiro “conhecia o vício na data em que teve notícia do cumprimento da obrigação.” E, da mesma forma que no primeiro exemplo, a oração apresenta uma certa situação. Neste sentido, na sua tradução chinesa, usa-se o auxiliar “者 (*zhe*) ” após “明知失踪人于推定死亡之日仍生存 (conhecia o vício na data em que teve notícia do cumprimento da obrigação) ”, o que indica esta situação específica.

Por fim, também se usa a expressão do chinês clássico “亦然 (*yiran*) ” na tradução chinesa do Código. Conforme o Dicionário de Chinês Clássico, “亦 (*yi*) ” tem o significado de “também” (2002: 1852), enquanto “然 (*ran*) ” pode ser um pronome demonstrativo, que significa “assim, tal, isto, isso, aquilo” (2002: 1307). A expressão clássica “亦然 (*yiran*) ” significa que “também como assim; é o mesmo” e afins. Em chinês moderno standardizado, usa-se “亦是如此 (*yishiruci*) ” ou “也是这样 (*yeshizheyang*) ” para o mesmo efeito.

1. O mandante é obrigado a indemnizá-lo do prejuízo sofrido em consequência do mandato, ainda que o mandante tenha procedido sem culpa. 委任人具有义务向受任人赔偿其因委任而遭受之损失，即使委任人所为并无过错亦然。(Artigo 1093.º n.º d) do CCM)

2. A declaração negocial extorquida por coacção é anulável, ainda que esta provenha de terceiro. 因胁迫而作出之法律行为意思表示得予以撤销，即使胁迫系来自第三人亦然。(Artigo 249.º do CCM)

Nas frases portuguesas, a oração subordinada adverbial concessiva ligada pela conjunção concessiva “ainda que” já contém dois casos contrários no nível semântico. Tomo a primeira frase como exemplo. Neste artigo, estipula-se que “o mandante é obrigado a indemnizá-lo do prejuízo sofrido em consequência do mandato” e, quando o mandante tiver procedido sem culpa, o mandante também é obrigado a indemnizá-lo. Mas na forma escrita, não é preciso apresentar ambos os casos, porque a oração subordinada já possui o referido efeito. Em chinês, pode-se usar a conjunção “即使 (*jishi*) ”, equivalente a “ainda que”, para construir uma conjunção concessiva. Mas o que é diferente é que é necessário repetir a mesma acção na conjunção a fim de ser

completa, ou seja, em chinês, deve-se escrever assim:

向受任人赔偿其因委任而遭受之损失: O mandante é obrigado a indemnizá-lo do prejuízo sofrido em consequência do mandato

即使委任人所为并无过错: Mesmo que o mandante tenha procedido sem culpa

也要向受任人赔偿: também é obrigado a indemnizá-lo

A fim de evitar uma repetição, usa-se a expressão “亦然 (*yiran*) ” para substituir a parte repetida de “也要向受任人赔偿 também é obrigado a indemnizá-lo”.

Na segunda frase, também se usa a expressão do chinês clássico “亦然 (*yiran*) ” para completar a conjunção concessiva:

因胁迫而作出之法律行为意思表示得予以撤销: A declaração negocial extorquida por coacção é anulável

即使胁迫系来自第三人: Ainda que esta provenha de terceiro

也得予以撤销: também é anulável

Neste caso, a expressão “亦然 (*yiran*) ” substitui a parte “também é anulável” para evitar a redundância.

Na tradução jurídica do Código Civil de Macau, encontram-se também outras expressões do chinês clássico, tais como “旨在 (*zhizai*) ”, “则 (*ze*) ”, entre outros, e não vou enumerar um por um.

Quanto ao uso do chinês clássico na RAEHK, o governo de Hong Kong percebeu a necessidade de regulamentar o fenómeno do uso frequente do chinês clássico já na década de 1980. Em 1986, o Secretário Chefe de Hong Kong emitiu o Aviso Geral n.º 4, que fornecia orientações sobre os princípios gerais de emissão de cartas oficiais chinesas: “O princípio geral de escrever cartas oficiais é o de buscar concisão, clareza, redacção apropriada e escrita simples para que o destinatário possa compreender facilmente o conteúdo. Portanto, os funcionários do governo e os cidadãos devem usar

o mandarim ao comunicarem e não em chinês clássico.” (tradução própria). Por causa disso, nas leis de RAEHK, o chinês clássico é relativamente menos utilizado nos diplomas jurídicos escritos, em comparação com o uso da língua escrita na RAEM.

Quanto ao uso do chinês clássico em Taiwan, existem muitos elementos chineses clássicos na língua escrita chinesa. (You, 1992: 15) Por motivos políticos, a política linguística das autoridades de Taiwan tem sido alterada. Em Novembro de 2004, a Autoridade de Educação de Taiwan anunciou a nova revisão do *Gaozhong guowen kecheng zanxing gangyao* 高中国文课程暂行纲要 (Esquema Provisório do curso avançado de língua chinesa), reduzindo o número de horas de ensino de mandarim de 5 para 4 horas por semana e a proporção de cursos de chinês clássico dos atuais 65% para 45%. (De acordo com Meng Xiangjie (2004), apud Jun e Lu, 2007: 51) Mas o chinês clássico desempenha um papel importante na língua escrita de Taiwan, o que é visível nos seus documentos administrativos e jurídicos.

O uso do chinês clássico é um problema linguístico, mas, na verdade, é determinado por factores políticos da região e do país. O letrado e tradutor chinês Yu Guangzhong argumenta no seu artigo “*Lun de de bu xiu* 论的的不休 (A infinidade do uso de “de”)” que aplicar as expressões do chinês clássico faz com que, por um lado, a linguagem se torne muito mais forte e séria e, por outro lado, contenha uma gramática mais flexível e concisa. (2002: 190) Com base no argumento e na análise acima, parece-me que a aplicação das expressões do chinês clássico na tradução chinesa do Código Civil de Macau evita efectivamente a extensão demasiada longa das frases e a repetição do mesmo conteúdo. Nos casos em que os termos e as expressões do chinês clássico utilizados não sejam incompreensíveis e obscuros, é apropriado usá-los na tradução jurídica, porque as referidas expressões são mais concisas do que as do chinês moderno standardizado. Os termos e as expressões do chinês clássico são mais poderosos a construir locuções e frases, e podem transmitir mais informações com menor extensão.

II. Tradução jurídica que reflecte a política

Habermas (2003) defende no seu livro a visão de que o direito e a política estão constitutivamente conectados. Ele acredita que a conexão constitutiva entre direito e política é uma relação circular virtuosa. As leis contêm as características políticas e ideológicas da cultura da LC. Portanto, a escolha de estratégias de tradução jurídica, em grande medida, torna-se uma reflexão e construção do discurso político. Segundo Liu Gaolong, “a qualidade é a questão mais importante nos trabalhos de tradução jurídica chinesa em Macau. O direito, como uma regulamentação dos direitos e obrigações do homem, está intimamente ligado aos interesses de todas as pessoas na comunidade” (1995: 99)

Em Macau, uma região multicultural, existe uma sociedade com costumes específicos reconhecidos por lei. Na sua tradução jurídica, é possível encontrar casos que reflectem tanto as características da vida social como a influência política.

Vou, primeiro, tomar as leis relacionadas com “associações” como exemplo. Com a prosperidade e o desenvolvimento da construção económica e da cultura de Macau, os residentes de Macau têm vindo a aumentar a sua consciência de cuidarem e servirem a sociedade e estão cada vez mais activamente envolvidos nas práticas de governação de Macau. (Liu e Long, 1999: 19) Nesta prática, a existência da “associação” de Macau está intimamente ligada à política, sendo uma forma especial de organização social cuja função ultrapassa as funções de associações gerais. Algumas delas também possuem parte das funções de governo (Zhang, 2009: 62). A constituição de uma “associação” é estipulada no Código Civil de Macau na seguinte forma:

1. O acto de constituição da associação, os estatutos e as suas alterações devem constar de documento autenticado. 社团之设立行为、章程及章程之修改，均应载于经认证之文书内。

(Artigo 157.º n.º 1 do CCM)

2. O acto de constituição, os estatutos e as suas alterações não produzem efeitos em relação a terceiros, enquanto não forem publicados por extracto no Boletim Oficial de Macau. 社团之设立行为、章程及章程之修改，仅在《澳门政府公报》上公布后，方对第三人产生效力。

(Artigo 157.º n.º 3 do CCM)

Na primeira frase, a palavra “devem” significa “*應 (ying)*” em chinês, que é traduzida como “*均應 (junying)*” na tradução chinesa, significando que “todos devem...”. O acréscimo da palavra “*均 (jun)*” enfatiza que todos os três componentes, isto é, “o acto de constituição da associação, os estatutos e as suas alterações” devem ser incluídos e nenhum deles é indispensável. Esta tradução torna a estipulação deste artigo mais rigorosa e precisa.

Na segunda frase, traduzindo-se literalmente, coloca-se o resultado primeiro e o motivo depois, o que não está de acordo com o hábito chinês de construção de frases (veja o Capítulo 3, 3.3.2 ponto II). Além disso, usam-se as duas formas negativas no original, regulando de forma invertida. Em chinês, usa-se directamente o positivo, o que torna a estipulação mais directa e clara. (veja o Capítulo 3, 3.3.2 ponto IV) Na sua tradução chinesa, primeiramente, esse artigo foi transformado numa expressão positiva, isto é, “produzem efeitos em relação a terceiros, enquanto forem publicados por extracto no Boletim Oficial de Macau”. Secundariamente, construa-se uma oração subordinada adverbial condicional ligada pela conjunção “*仅 (jin)...方 (fang)*...” que significa “a menos que...”, construindo a estrutura “*仅 (jin)* + condição + *方 (fang)* + resultado”. Ou de uma forma mais clara: “O acto de constituição, os estatutos e as suas alterações + *仅 (jin)* + forem publicados por extracto no Boletim Oficial de Macau + *方 (fang)* + produzem efeitos em relação a terceiros”. A substituição da oração temporal por oração condicional enfatiza as condições necessárias para a entrada em vigor da associação.

Analisando as traduções das duas frases acima, pode-se ver os requisitos estritos da política do governo de Macau para o estabelecimento e o funcionamento de “associação”.

A formulação do direito é baseada nos factos sociais. No Código Civil de Macau, adoptam-se alguns conceitos que não são aplicáveis no Código Civil da China, mas estes conceitos estão ligados à vida dos residentes locais em Macau.

Vou, segundo, tomar a lei relacionada com a “união de fato” como exemplo. As

diferentes políticas sobre relações matrimoniais reflectem diferentes posicionamentos, ideologias e conceitos matrimoniais da sociedade, entre os quais se incorpora o pensamento da cultura matrimonial. Devido à particularidade da história e sociedade de Macau, e de acordo com os hábitos de vida dos residentes locais em Macau, o Código Civil de Macau reconhece a legalidade da “união de facto”, estipulando da seguinte forma:

União de facto é a relação havida entre duas pessoas que vivem voluntariamente em condições análogas às dos cônjuges. (Artigo 1471.º do CCM)

Em comparação com a noção do casamento:

Casamento é o contrato celebrado entre duas pessoas de sexo diferente que pretendem constituir família mediante uma plena comunhão de vida, nos termos das disposições deste Código. (Artigo 1462.º do CCM)

Verifica-se que a relação de cônjuges só pode ser estabelecida com base numa “plena comunhão de vida” e “entre duas pessoas de sexo diferente”. Quanto à noção de união de facto, no actual Código Civil de Macau, aplica-se a expressão “duas pessoas que vivem voluntariamente em condições análogas às dos cônjuges”, em que a palavra “análogas” apresenta de forma directa a diferença entre os dois termos, isto é, as condições de viver das pessoas numa relação de união de facto não é exactamente mesmo das condições de viver dos cônjuges. No entanto, não há uma definição clara do grau de proximidade que se considere ser “análogo”, sendo possíveis diversas interpretações quanto às situações a que se aplica. Essa definição ambígua é mantida na sua tradução para o chinês.

A seguir, tomo como exemplo a tradução do artigo sobre o nome:

Cada um dos cônjuges conserva os seus próprios apelidos, mas pode acrescentar-lhes apelidos do outro até ao máximo de dois. 夫妻各自保留其本身之姓氏, 亦可选择在其本身姓氏上冠以对方不超过两个之姓氏。 (Artigo 1538.º n.º 1 do CCM)

Na China Continental, a situação é distinta, sendo que aí a maioria dos chineses têm apenas um apelido e um nome próprio. Apenas uma parte dos chineses têm dois apelidos, um da mãe, e outro do pai. Este artigo apresenta característica específica da

sociedade de Macau. Em primeiro lugar, mantém as normas portuguesas sobre o direito ao nome, isto é, os residentes podem optar por manter o apelido ou acrescentar, no máximo, dois apelidos do cônjuge ao seu próprio apelido. Em segundo lugar, o número de apelidos acrescentados é limitado “até ao máximo de dois”. Ao interpretar literalmente a expressão “até ao máximo de dois” na língua portuguesa original, não se pode deixar de perguntar: O significado deste artigo será que o número de apelidos acrescentados deve ser igual ou inferior a dois? Ou será que o número total de apelidos próprios mais os outros apelidos acrescentados deve ser igual ou inferior a dois?

Em chinês, o nome modificado segue estreitamente o modificador, o que indica com mais precisão a relação entre o modificador e o nome a ser modificado. Na tradução chinesa deste artigo, a fim de lidar bem com a ambiguidade acima mencionada, ajusta-se a ordem das palavras, colocando-se “até ao máximo de dois” antes de “apelidos” a fim de esclarecer que o limite é para os apelidos acrescentados e que o número de acrescentados não pode ultrapassar dois, evitando-se, então, um mal-entendido por parte dos leitores da tradução chinesa.

Em suma, a política afecta a legislação, bem como a tradução jurídica. Através da comparação dos casos entre Macau, Hong Kong e Taiwan no aspecto da natureza de tradução jurídica bem como no aspecto do uso de chinês clássico e através da análise sobre a influência da política em traduções dos termos específicos, é mais claro que a política tem um grande impacto na prática da tradução. Então, com uma compreensão clara e exacta da situação actual da sociedade, da atitude legislativa do governo e de diferentes factores que influenciam a tradução, pode-se, não só na tradução português-chinês do Código Civil de Macau, mas também em outras traduções, por um lado, transmitir com precisão a intenção legislativa do governo de Macau, e por outro lado, manter o estilo jurídico do texto jurídico original.

3.2. A influência do ambiente linguístico social na tradução jurídica

3.2.1. Apresentação geral do ambiente linguístico de Macau

I. A evolução do estatuto do chinês em Macau

Após a assinatura da Declaração Conjunta Sino-Portuguesa, o Governador de Macau emitiu o Decreto-Lei n.º 11/89/M em 1989, que pretendeu elevar gradualmente o estatuto da língua chinesa durante o período de transição. No Artigo 1.º, estipula-se que “as leis, decretos-leis, portarias e despachos dos órgãos do Governo próprio do Território, editados em língua portuguesa, terão de ser publicados, quando assumam carácter legislativo ou regulamentar, acompanhados da respectiva tradução em língua chinesa.” Todavia, também se estipula que “em caso de dúvida, o texto em língua portuguesa prevalece sobre a tradução ou texto em língua chinesa.” Depreende-se daí que a língua chinesa ainda não havia obtido o mesmo estatuto que a portuguesa.

De acordo com a Declaração Conjunta sino-portuguesa, o Decreto-Lei n.º 455/91, promulgado em 23 de Dezembro de 1991, atribuiu oficialmente à língua chinesa o estatuto oficial em Macau. Como resultado, as autoridades administrativas e instituições judiciais de Macau iniciaram um processo de aprofundamento e expansão do uso comum do chinês juntamente com o do português.

O Decreto-Lei n.º 101/99/M, publicado no Diário do Governo em 13 de Dezembro de 1999, estipula que “As línguas oficiais têm igual dignidade e são ambas meio de expressão válido de quaisquer actos jurídicos”, esclarecendo que tanto o chinês quanto o português possuem o estatuto como língua oficial de Macau.

II. O ambiente linguístico da sociedade de Macau

Macau é como um museu de línguas. Com base em estatísticas e cálculos dos dados publicados na parte “POPULAÇÃO, SEGUNDO A LÍNGUA CORRENTE, POR

GRUPO ETÁRIO E SEXO” e na “POPULAÇÃO, SEGUNDO O DOMÍNIO DE LÍNGUAS” dos relatórios de “Censos” na página <https://www.dsec.gov.mo/pt-PT/Statistic?id=103> e de “Intercensos” na página <https://www.dsec.gov.mo/pt-PT/Statistic?id=104> desde o ano de 1991 até o ano de 2016 na página oficial online da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos do Governo da RAEM¹¹, elaborei os seguintes três quadros: O primeiro quadro reflecte a situação da língua corrente da população residente com idade igual ou superior a 3 anos (calculei o número de pessoas e obtive as correspondentes percentagens); o segundo e o terceiro quadros reflectem a situação do domínio de línguas por parte da população residente com idade igual ou superior a 3 anos.

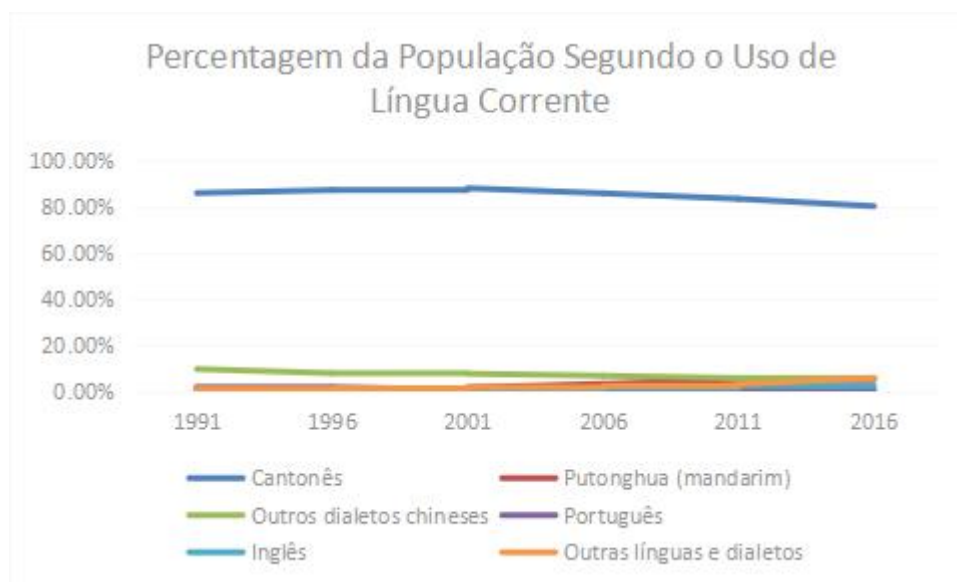
Separei os dados sobre o domínio de línguas da população porque os métodos estatísticos dos anos de 1991 a 2016 não são todos iguais. Nos anos de 2001, 2011 e 2016, os dados da percentagem da população do domínio de cada língua foram separadamente mostrados nos relatórios, mas, nos anos de 1996, 2001 e 2006, foram apresentados nos relatórios os dados sobre o domínio de línguas de acordo com o número de línguas que uma pessoa dominava. Como não consegui encontrar os dados recolhidos do mesmo método estatístico de 1991 a 2016, separei os dados em dois quadros segundo os seus métodos estatísticos.

Ano Língua Corrente	1991	1996	2001	2006	2011	2016
Cantonês	85.8 %	87.1 %	87.9 %	85.7 %	83.3 %	80.1 %
Putonghua (mandarim)	1.2 %	1.2 %	1.6 %	3.2 %	5.0 %	5.5 %
Outros dialectos chineses	9.6 %	7.8 %	7.6 %	6.7 %	5.7 %	5.3 %
Português	1.8 %	1.8 %	0.7 %	0.6 %	0.7 %	0.6 %
Inglês	0.5 %	0.8 %	0.7 %	1.5 %	2.3 %	2.8 %
Outras línguas e	1.1 %	1.3 %	1.7 %	2.3 %	3.0 %	5.8 %

¹¹ A página oficial online da Direcção dos Serviços de Estatística e Censos do Governo da RAEM: <https://www.dsec.gov.mo/pt-PT/>

dialectos						
-----------	--	--	--	--	--	--

Quadro 1. A PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO DO USO DA LÍNGUA CORRENTE ENTRE A POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 3 ANOS

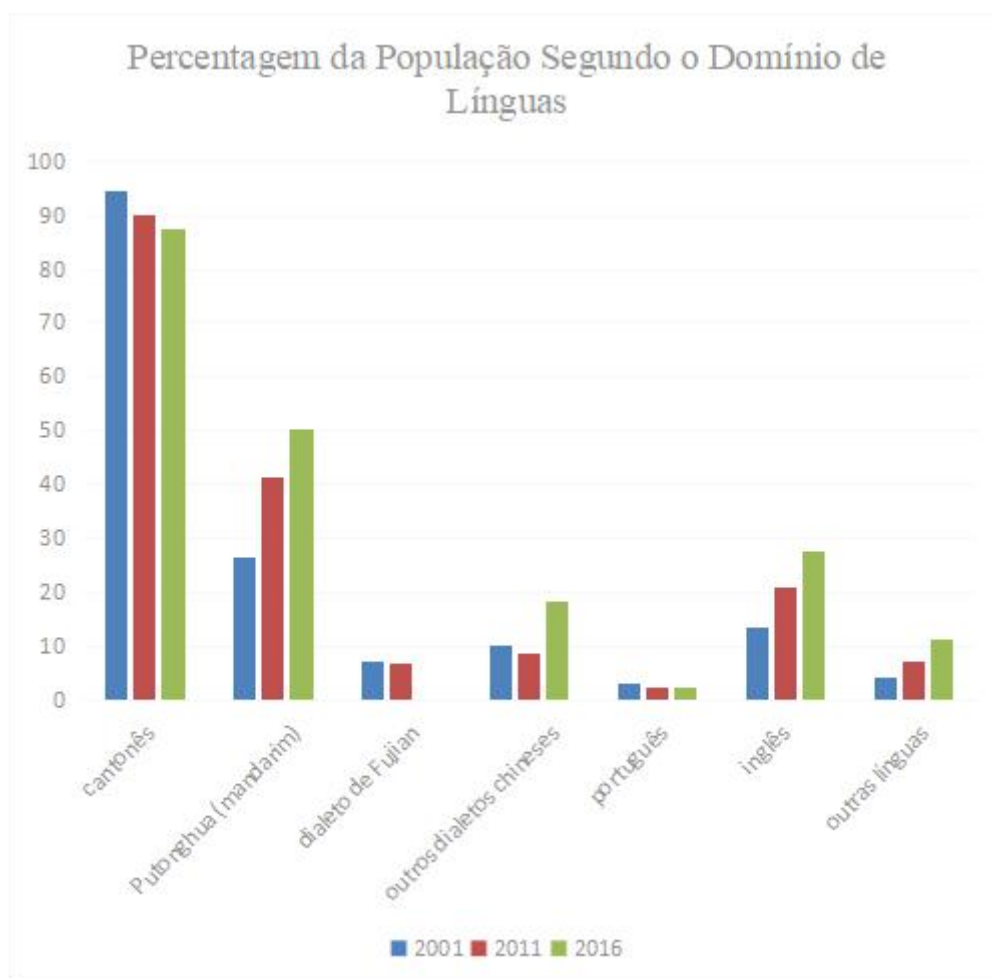


Esquema do Quadro 1

Ano	2001	2011	2016
O Domínio de línguas			
Cantonês	94.4 %	90.0 %	87.5 %
Putonghua (mandarim)	26.7 %	41.4 %	50.4 %
Dialecto de Fujian	7.3 %	6.9 %	¹²
Outros dialectos chineses	10.4 %	8.8 %	18.2 %
Português	3.0 %	2.4 %	2.3 %
Inglês	13.5 %	21.1 %	27.5 %
Outras línguas e dialectos	4.3 %	7.2 %	11.3 %

Quadro 2. A PERCENTAGEM DA POPULAÇÃO DO DOMÍNIO DA LÍNGUA ENTRE A POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 3 ANOS POPULAÇÃO, SEGUNDO O DOMÍNIO DE LÍNGUAS

¹² Nota: As vagas nos três quadros devem-se a diferenças nos métodos estatísticos dos diferentes anos, que levaram a que os dados correspondentes em alguns anos não fossem contabilizados, não tendo por outro lado eu, a autora, conseguido obter de outra forma os dados correspondentes.



Esquema do Quadro 2

Ano		1996	2001	2006
O Domínio de línguas				
Total		397488	424203	492291
Uma outra língua ou um outro dialecto chinês	Cantonês	15191	12755	13057
	Putonghua (mandarim)	37134	58625	101166
	Outros dialectos chineses	25740	25217	29407
	Português	4336	3418	2838
	Inglês	21889	25390	29135
	Outra língua ou dialecto	4592	4388	7098
Outras duas línguas e dialectos chineses	Putonghua (mandarim) e Inglês	6254	16926	31161

	Putonghua (mandarim) e Português	477	-	-
	Putonghua (mandarim) e Cantonês	-	10436	12063
	Putonghua (mandarim) e uma outra língua	-	11986	18817
	Português e Inglês	2900	2793	2083
	Outras duas línguas	22456	7876	10238
Outras três línguas e dialectos	Putonghua (mandarim), Português e Inglês	927	2120	2228
	Putonghua (mandarim), Inglês e uma outra língua/ um outro dialecto	-	1100	1247
	Outras Três Línguas	3318	4357	5233
Não domina outras línguas		251616	236816	226520

Quadro 3. O DOMÍNIO DE LÍNGUAS DA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 3 ANOS (NÚMERO DE PESSOAS)

Em 12 de Dezembro de 1991, o Conselho de Ministros aprovou e publicou o Artigo Único no Decreto-Lei n.º 455/91, no qual se regula: “A língua chinesa tem em Macau estatuto oficial e a mesma força legal que a língua portuguesa”, o que deu início ao aumento do estatuto do chinês em Macau. O Decreto-Lei n.º 101/99/M, de 13 de Dezembro, estipula que “prevê e assegura a coexistência e o uso de ambas em condições de plena igualdade, e, ao mesmo tempo, garante expressamente a liberdade individual em matéria de expressão linguística.”

Através dos dados mostrados no Quadro 1, verifica-se que o uso do cantonês como língua quotidiana na sociedade de Macau é predominante, embora a proporção tenha diminuído nos dez anos de 1996 a 2016, a proporção é ainda muito superior às outras línguas, mantendo-se em mais de 80%. Além do cantonês, a proporção da população

cuja língua corrente é português ou um dos outros dialectos chineses também tem diminuído. Em contraste, a proporção da população que usa mandarim (*putonghua*) como língua diária continua a aumentar. Os dados dos Quadros 2 e 3 também mostram claramente a tendência crescente do uso de mandarim como outra língua falada pelos residentes de Macau. Para além disso, o uso de inglês também tem aumentado. Lin Wei argumenta: “À medida que a indústria do jogo de Macau começa a florescer, a sua economia é revigorada e Macau torna-se uma cidade cada vez mais internacional, o inglês se torna cada vez mais importante. Em muitos casos, as três línguas escritas, isto é, o chinês, o português e o inglês, aparecem ao mesmo tempo.” (tradução própria, 2005: 80)

Embora as línguas oficiais de Macau sejam o português e o chinês, não se regula no Decreto-Lei se o chinês se refere ao mandarim (*putonghua*) ou a outro dialecto chinês no aspecto de língua falada, tal como o cantonês. Os cidadãos de Macau usam principalmente o cantonês no seu dia-a-dia, o que resulta numa situação em que se escreve em chinês, português e inglês e se falam cantonês, mandarim (*putonghua*), português e inglês.

No final do século XX, nos primeiros anos depois de o estatuto oficial do chinês ter sido estabelecido, o mandarim (*putonghua*) era usado principalmente para discursos ou em ocasiões oficiais ou na redacção de documentos oficiais. Em contraste, o cantonês é uma língua muito mais utilizada em Macau. De acordo com as estatísticas do Quadro 1, verifica-se que na última década do século XX, mais de 85% dos residentes de Macau falavam cantonês (85,8% da população em 1991; 87,1% da população em 1996), enquanto os que falavam o mandarim como língua quotidiana representavam menos de 1,5% (os relativos dados em 1991 e 1996 são de cerca de 1,2%). O uso generalizado do cantonês no trabalho e na vida quotidiana, por outro ângulo, também reduz a necessidade de os residentes de Macau aprenderem mandarim. De facto, até agora, as pessoas que se deslocaram a Macau para estudar e trabalhar lá aprenderão espontaneamente o cantonês para se integrarem mais rapidamente na sociedade local. Este é um fenómeno muito comum em Macau. Entre eles, é mais evidente entre os trabalhadores migrantes.

Em Macau, o uso de mandarim pode ser dividido em dois tipos conforme os seus falantes. Primeiro, os falantes nativos de mandarim utilizam-no. O número desse tipo de falantes não é muito grande, porque quase todos deles vão viver ou trabalhar em Macau a partir da China Continental. Segundo, os nativos de Macau, cuja língua nativa não é mandarim (*putonghua*), aprendem e utilizam-no. Contudo, aprender mandarim (*putonghua*) não é fácil para os residentes de Macau. Por um lado, o chinês utilizado em Macau é principalmente o cantonês. A língua dos meios de radiodifusão em Macau é maioritariamente o cantonês, sendo também o cantonês utilizado nos meios de transportes, nomeadamente marítimos, terrestres e aéreos. (Huang Yi, 2005: 44) Além disso, existem o dialecto de Fujian, o dialecto Wu, e o dialecto Hakka, etc., que têm tido ao longo do tempo também influência no cantonês, formando o dialecto local de Macau, usado pelos residentes locais como uma língua de comunicação. Por causa disso, não há ambiente linguístico adequado na sociedade e na vida para praticar o mandarim e não há grande necessidade nem obrigatoriedade do uso de mandarim. Por outro lado, na China, existem enormes diferenças na pronúncia e em alguns termos entre os dialectos do Norte e os do Sul. De acordo com a definição do mandarim (*putonghua*) acrescentada na instrução emitida em 6 de Fevereiro de 1956 pelo Conselho de Estado sobre a promoção dele: “O mandarim (*putonghua*) aplica a fonética do dialecto de Pequim como o padrão da pronúncia, o dialecto do Norte como o dialecto básico e a escrita vernácula moderna (*xiandai baihua* 现代白话) como a norma gramatical”¹³. Conforme a definição do mandarim (*putonghua*), é visível a diferença clara entre o mandarim e o dialecto de Macau. Além disso, não é difícil perceber porque é que o número de falantes de mandarim (*putonghua*) entre os residentes de Macau é escasso. De acordo com a descrição de Ning Jun no seu artigo “*Zhongwenre Zai Aomen Shengwen* 中文热在澳门升温 (A popularidade do chinês está a aumentar em Macau) ”:

Aprender chinês era menos popular em Macau no passado e aprender mandarim (*putonghua*) era mais “inútil”. A razão é simples: A língua oficial de Macau tem sido, há muito tempo, o

¹³ A definição de mandarim é encontrada no site:
<https://baike.baidu.com/item/%E6%99%AE%E9%80%9A%E8%AF%9D/161653?fr=aladdin>

português, e o inglês é mais usado para a comunicação com o mundo exterior (...). Quando os funcionários públicos se candidatavam a um emprego no governo, deviam usar o português. Além disso, também deviam utilizar o português para se dirigirem aos serviços competentes para concluir os procedimentos e, quando iam ao tribunal, deviam primeiro traduzir todos os documentos referidos para o português. O Boletim Oficial, onde se publica regularmente proclamações oficiais em Macau, era também em português.

(tradução própria, 1999: 31)

Não há, no entanto, dúvida de que o estatuto do mandarim (*putonghua*) está a aumentar gradualmente. De acordo com os dados do Quadro 1, pode-se ver que, embora a proporção de residentes que usam o mandarim (*putonghua*) como a sua língua corrente não seja comparável à do cantonês, ela apresenta uma tendência clara de aumento ano a ano, especialmente após a entrada no século XXI. Durante os quinze anos de 2001 a 2016, a proporção de residentes de Macau que usam o mandarim (*putonghua*) como língua corrente aumentou cerca de 243,75%.

Por um lado, devido ao rápido desenvolvimento económico de Macau após o seu regresso, a procura de recursos humanos tem aumentado consideravelmente, o que faz com que haja cada vez mais funcionários da China Continental e do estrangeiro que vão para Macau trabalhar. Para além disso, também há cada vez mais imigrantes do interior e residentes do continente que vão para Macau com fins de estudo ou de reunião com os seus familiares. A língua nativa da população imigrante acima mencionada é o mandarim (*putonghua*). Por outro lado, o mandarim (*putonghua*) desempenha um papel muito importante nas comunicações e nos intercâmbios políticos, económicos e culturais entre Macau e a parte interior da China. No Quadro 2 e no Quadro 3, também podemos ver que, para além do aumento gradual na proporção do mandarim (*putonghua*) como língua corrente, o número de pessoas que usam o mandarim (*putonghua*) como outra língua falada também tem aumentado em grande escala. Este fenómeno não se deve apenas à crescente procura do uso do mandarim (*putonghua*) na sociedade, mas também ao facto de o uso dele ser uma manifestação do sentimento de pertença e inclusão e orgulho dos residentes de Macau pela pátria.

3.2.2. As línguas correntes na sociedade influenciam a tradução jurídica

I. Influências do cantonês na tradução jurídica

Como já foi acima argumentado, em Macau há uma situação em que as línguas escritas são o chinês, o português e o inglês e as línguas mais faladas são o mandarim (*putonghua*), o cantonês, o português e o inglês. Na tradução chinesa do Código Civil de Macau, o cantonês apresenta influências, quer no uso de palavras com um carácter em vez de dois, quer no uso de termos específicos em cantonês.

i. Palavras com um carácter chinês e com dois

Em primeiro lugar, na versão chinesa do Código Civil de Macau usa-se frequentemente palavras com um só carácter em vez do seu equivalente com dois caracteres devido à influência do cantonês. Por exemplo, ao expressar-se o conceito de “e”, usa-se “及 (*ji*)” em vez de “以及 (*yiji*)”:

Os tribunais e os juízes são independentes 法院之裁判对任何公共实体及私人实体均具有强制性 (Artigo 7.º n.º 1 do CCM)

Ao traduzir “ou”, usa-se “或 (*huo*)” em vez de “或者 (*huozhe*)”:

A responsabilidade extracontratual fundada, quer em acto ilícito, quer no risco **ou** em qualquer conduta lícita 基于不法行为、风险或任何合规范之行为而产生之非合同责任 (Artigo 44.º n.º 1 do CCM)

Ao traduzir “deve”, usa-se “应 (*ying*)” em vez de “应当 (*yingdang*)”:

O curador **deve** prestar contas da sua administração. 保佐人应就其管理提交报告。 (Artigo 137.º n.º 3 do CCM)

Para além disso, existem muitos exemplos em que se usa palavras de um carácter, substituindo palavras de dois caracteres. Por exemplo, quando se traduz “se”, que se refere a uma condição, usa-se “如 (*ru*)” em vez de “如果 (*ruguo*)”; quando se traduz “então, portanto, por isso” e afins, usa-se “则 (*ze*)” em vez de “因此 (*yinci*)”,

所以 (*suoyi*) ” e quando se traduzir “exceder, mais que”, usa-se “逾 (*yu*) ” em vez de “超过 (*chaoguo*) ”, entre outros.

ii. O uso de termos específicos em cantonês

Em segundo lugar, na tradução chinesa do Código Civil de Macau, devido à influência do cantonês, há casos em que a ordem dos dois caracteres de uma palavra está invertida em comparação com a ordem normal em chinês standardizado moderno. Por exemplo, o termo “circunstância” foi traduzido por “情事 (*qingshi*) ” (Artigo 165.º, n.º 2 do CCM) em vez de “事情 (*shiqing*) ”; o termo “data” foi traduzido por “期日 (*qiri*) ” (Artigo 272.º n.º c) do CCM) em vez de “日期 (*riqi*) ”. Traduziu-se “identidade” por “身分 (*shenfen*) ” (Artigo 700.º n.º d) do CCM), cuja formulação correspondente no chinês standardizado é “身份 (*shenfen*) ”, diferente forma escrita.

Para além disso, também há termos específicos em cantonês que têm significados diferentes do mesmo termo em chinês standardizado moderno. Por exemplo, o termo “单位 (*danwei*) ” tem duas explicações no Dicionário de Chinês Moderno: “1). O nome da quantidade padrão para medir coisas. Por exemplo, o metro é a unidade para medir o comprimento, o quilograma é a unidade para medir o peso e o litro é a unidade para medir o volume e assim por diante. 2). Um órgão, uma agência, ou uma organização, etc., ou um departamento pertencente a um órgão, uma agência, ou uma organização, etc.” (tradução própria, 2016: 254)

Mas em cantonês, além destes dois significados, tem um outro, isto é, um imóvel. Veja-se que:

Porém, a hipoteca sobre imóvel, que venha a ficar sujeito ao regime da propriedade horizontal, é susceptível de ser dividida em tantas hipotecas quantas as fracções autónomas em que o prédio se venha a dividir, para os estritos efeitos da alínea a) do artigo 716.º

然而，如房地产受分层所有权制度规范，则专为产生第七百一十六条 a 项所指之效力，在该不动产上之抵押权可分割成与该房地产所分成之独立单位数目相同之抵押权。

II. Influências do português na tradução jurídica

i. Casos de tradução literal de português para chinês

Como a versão em chinês do Código Civil de Macau tem como base a versão em português, é inevitável ser influenciada pelo estilo e pelo modelo de construção de frases de português. Huang Yi escreve no seu livro *Aomen yuyan yanjiu* 澳门语言研究 (Estudos da Língua de Macau): “A redacção de documentos oficiais chineses também imita o formato e o modelo linguístico da redacção de documentos oficiais em português.” (tradução própria, Huang Yi, 2007: 191). “Limitada às características dos textos jurídicos e ao nível de domínio de línguas dos tradutores, adopta-se normalmente a tradução à letra e, especialmente na tradução jurídica, este tipo de estratégia de tradução é a maneira mais segura.” (tradução própria, Huang Yi, 2007: 197) Os textos traduzidos palavra por palavra deixam um impacto na redacção dos documentos oficiais, fazendo com que os documentos escritos em chinês obtenham inevitavelmente uma marca da sua tradução de português para chinês. Manter o modelo linguístico da lei tanto quanto possível é necessário, mas o seguimento do original de forma completa com o formato português resulta em alguns problemas gramaticais e mal-entendidos na tradução do chinês.

Na versão chinesa do Código Civil de Macau, encontram-se algumas estruturas de frases que não são muito naturais, onde existem alguns problemas gramaticais ou de formulação de frases. Um exemplo disso encontra-se aqui:

A tutela da personalidade, desde que preenchida a condição do número anterior, abrange as lesões provocadas no feto. 人格之保护范围包括对胎儿造成之损害，但以符合前款之条件为限。 (Artigo 63.º n.º 3 do CCM)

A tradução desta frase retém a estrutura e o conteúdo da frase portuguesa original, o que resulta no inadequado e errado significado do texto traduzido. A respectiva tradução de chinês implica que “as lesões” estão no âmbito da “tutela”. Em outras

palavras, a lei protege o acto de “lesões”, o que não corresponde ao significado do texto original. Como Chan Chi Biu argumentou, isto é, de facto, ridículo” (2012: 179).

Veja-se também um caso que foi argumentado por Lin Wei (2005: 83):

em caso de responsabilidade por omissão, é aplicável a lei do lugar onde o responsável deveria ter agido.

因不作为而产生责任时，适用责任人应为行为地法。(Artigo 44.º n.º 1 do CCM)

Esta tradução chinesa é errada: por um lado, se o “责任人 (o responsável)” é o sujeito, o “应为 (deveria ser)” é o predicado e o “行为地法 (a lei do lugar)” é o objecto, como pode o “responsável” tornar-se uma lei? Por outro lado, caso a estrutura “适用责任人 (é aplicável ao responsável)” seja considerada como uma estrutura predicado-objecto, não se encontra um sujeito razoável nesta locução. E, neste sentido, o texto traduzido também não é bem elaborado. Conforme Lin Wei, “Este tipo de frase malformada deve ser absolutamente eliminado no Código.” (tradução própria, 2005: 83)

ii. Termos jurídicos portugueses que não existem no sistema jurídico chinês

Existem alguns conceitos legais nas leis de Macau que não existem ou não são adoptados no direito chinês, tais como “curadoria”, “interdições”, “unido de facto” e “titulares dos órgãos da pessoa colectiva”, entre outros. Estes termos estrangeiros são adoptados pelo direito de Macau. Caso exista um termo jurídico geral traduzido em chinês, tais como “保佐 (*baozuo*)” para “curadoria”, “禁治产 (*jinzhichan*)” para “interdições”, etc, aplica-se o correspondente termo existente. No caso de o termo jurídico em português não poder ser traduzido, de forma adequada, pelos termos jurídicos gerias existentes em chinês, criou-se novo termo jurídico, tal como a tradução chinesa do termo “titulares dos órgãos da pessoa colectiva” do artigo 149.º do CCM, que foi traduzido como “法人机关据位人 (*faren jiguan juweiren*)”. “O

termo “据位人 (*juweiren*) ” foi criado pelos tradutores de Macau, o qual não é um termo jurídico geral” (tradução própria, Lin Wei, 200: 84). Segundo Chan Chin Biu, na criação de termos jurídicos, não se requer um vocabulário maravilhoso, mas um com características de simplicidade e precisão, e não deve haver discrepâncias. (2012: 176) Quando se trata da tradução do português para o chinês, é bom que no chinês já exista um termo equiparado, caso contrário, deve-se criar um vocabulário jurídico, o que é o meio adoptado no trabalho de tradução jurídica pelo Gabinete para a Tradução Jurídica da Região Administrativa Especial de Macau. (Nuno Calado, 1995: 219)

Para concluir, devido à localização geográfica e histórica especial de Macau, forma-se um ambiente linguístico múltiplo e complexo. Entre as línguas correntes, o cantonês, o mandarim e o português são dominantes e elas são misturadas e integradas umas nas outras. Através da análise da versão traduzida chinesa do Código Civil de Macau, encontra-se essa abordagem híbrida, que se reflecte nos aspectos semântico e lexical. Então, ao realizar-se as práticas de tradução jurídica, é necessário dominar as características específicas da linguagem jurídica local, a fim de que a tradução possa ser mais natural e se possa evitar mal-entendidos e erros.

3.3. A influência das perspectivas de pensamento moldadas pela cultura na tradução jurídica

De acordo com *What is Thought*, de Baum, o pensamento manipula informações mentais e linguísticas (Baum, 2004:105). Além disso, em *Understanding Intellectual Communication*, nota-se que o pensamento reflecte o mundo objectivo por meio de concepções culturais, julgamento e raciocínio (Porter e Samovar, 1999: 33). Durante o processo de tradução, o tradutor primeiro analisa os materiais do texto original, aplicando a sua própria perspectiva de pensamento e investigando a perspectiva de pensamento do autor, em seguida, sintetiza os meios expressivos da LP a fim de reproduzir a ideia original. A actividade de tradução está sempre intimamente

relacionada com a capacidade de pensamento abstracto e visualizado, não importando se esteja na fase de compreensão ou de construção do texto traduzido. Portanto, a perspectiva de pensamento desempenha um papel vital em todo o processo de tradução, sobre o qual as regras e conteúdos do ato de pensar exercem suas restrições. Neste sentido, quando se estuda a influência dos factores sociais na tradução, não se pode deixar de lado o factor da perspectiva de pensamento moldada pela cultura da sociedade.

O tradutor chinês Liu Miqing diz certa vez que “as formas básicas de actividade de pensar humana são as mesmas em geral”. (tradução própria, 1999: 100). Contudo, na verdade, a mente humana não só tem a sua universalidade, que é a base essencial da tradução e uma pré-condição para a traduzibilidade, mas também tem as suas características nacionais formadas ao longo de uma longa história. As diferentes perspectivas de pensamento são reflectidas através de diferentes tendências de modo de expressão.

3.3.1. Características culturais que moldam as perspectivas de pensamento chinesas e ocidentais

Um estudioso que faz uma comparação bastante completa das perspectivas de pensamento chinesas e ocidentais na China é Yan Fu. O seu estudo cobre três aspectos. Na sua visão, em primeiro lugar, na cultura chinesa, a perspectiva do mundo é retrógrada, pois se considera que as coisas começam, acabam e recomeçam, correndo em ciclos, enquanto, na cultura ocidental, a perspectiva do mundo é avançada, pois se considera que as coisas avançam sempre para frente continuamente; em segundo lugar, os chineses estão acostumados a fazer suposições antes de tomar uma decisão, enquanto os ocidentais estimam as coisas por meio de experimentos; em terceiro lugar, os chineses estão estagnados porque não encontram um sistema lógico como o dos ocidentais. Eles só tomam medidas com base nas experiências acumuladas em tempos anteriores. (Zhang, 2016: 94) Lin Yutang é uma outra figura no estudo contrastivo das

perspectivas chinesas e ocidentais. No seu livro *Wuguo yu wumin* 吾国与吾民 (O meu país e o meu povo) (2002), argumenta que a ênfase na intuição e na realidade é uma perspectiva principal de pensamento dos chineses. (2002: 74-77) Zhang Dainian é uma outra figura no estudo contrastivo contemporâneo das perspectivas de pensar chineses e ocidentais. Conforme Zhu Guanglei, Zhang descobre que a perspectiva dialéctica de pensamento prevalente na China e a perspectiva metafísica de pensamento difundida no Ocidente são bastante diferentes; Na cultura chinesa, coloca-se ênfase na unidade e harmonia, enquanto na cultura ocidental, coloca-se ênfase no conflito de dois lados opostos. (Zhu, 2012: 209) Os chineses enfatizam a unidade e a cooperação de grupos de pessoas, enquanto os ocidentais enfatizam a liberdade de um indivíduo. (Zhu, 2012: 209-210)

Tem havido um desenvolvimento recente no que diz respeito ao estudo sobre as características culturais diferentes que moldam as perspectivas chinesas e ocidentais. Muitos estudiosos modernos têm analisado esse tema. Wang e Ren (2002) argumentam que os chineses e ocidentais têm características próprias na perspectiva de pensamento e que as suas diferenças se reflectem principalmente em três aspectos. Os chineses costumam preservar um grau de imprecisão, preferem uma compreensão intuitiva e procuram uma combinação orgânica, enquanto os ocidentais buscam a precisão e a lógica racional na expressão, bem como a combinação de elementos de forma mecânica. Yu e Han (2005) consideram que os chineses preferem o pensamento visualizado e abrangente e prestam mais atenção à “unidade”, enquanto os ocidentais preferem o pensamento abstracto, o pensamento lógico e o pensamento analítico, prestando mais atenção à “oposição”. Para Ma e Tang (2013), quando se discute sobre as diferenças entre os modos de pensamento chineses e ocidentais, os primeiros enfatizam o pensamento holístico, lógico, dialéctico, subjectivo e visualizado, enquanto estes se concentram no pensamento analítico, lógico formal, objectivo e abstracto.

3.3.2 Perspectivas de pensamento moldadas pela cultura na tradução jurídica português-chinês

I. Parataxe chinês VS hipotaxe portuguesa

Como mencionado antes, a perspectiva chinesa é abrangente e integral, enfatizando as experiências e a intuição, sem conceitos definidos e raciocínio lógico, enquanto a perspectiva ocidental é analítica, enfatizando os experimentos científicos e a argumentação formal. Quando os pensamentos são expressos por meio da língua, a língua chinesa e a portuguesa apresentam diferentes características. Quanto à língua chinesa, é concisa, moderada, ambígua. A ordem de palavras é flexível e as frases são elaborados de forma relativamente mais curta. Quanto à língua portuguesa, a frase é construída de forma relativamente mais complexa e estruturada, cuja extensão é mais longa.

A diferença entre parataxe e hipotaxe em chinês e em português é distinta. Parataxe refere-se a uma língua cujas unidades de palavra e frase são compostas por meio de coerência semântica com formas linguísticas difusivas. Hipotaxe refere-se a uma língua, em que se aplica formas linguísticas distintas, como por exemplo, a inflexão, preposições, conjunções entre outros para ligar as frases compactas, orações e parágrafos. Os pronomes relativos costumam ser usados para ligar as orações sistematicamente. A gramática chinesa é um tipo de parataxe. As palavras chinesas são constituídas com grande flexibilidade. As relações de elementos numa frase são elaboradas através de conexões entre o seu significado contextual. A gramática portuguesa é um tipo de hipotaxe. As relações entre palavras e frases estão ligadas pelas mudanças morfológicas, inflexões, vários conjunções e preposições, etc. Pode-se ver isso no seguinte exemplo:

1. A recolha de dados pessoais para tratamento informático deve ser feita com vinculação estrita às finalidades a que se destinam esses dados, **as quais** devem ser dadas a conhecer ao seu titular.

收集个人资料以便作信息化处理时，应严格依照收集该等数据之目的而进行收集，并应让当事人知悉该等目的。(Artigo 79.º n.º 2 do CCM)

2. O autor é, todavia, obrigado a indemnizar o lesado pelo prejuízo sofrido, se o perigo for provocado por sua culpa exclusiva; **em qualquer outro caso**, o tribunal pode...

然而，危险系完全因行为人之过错而造成时，行为人必须向受害人赔偿其遭受之损失；
如非纯因行为人过错而造成危险，则法院... (Artigo 331.º n.º 2 do CCM)

No primeiro exemplo, “as quais” é um pronome relativo, orientando a oração subordinada adjectiva, e o antecedente refere-se a “as finalidades” na oração principal. Por causa da hipotaxe em português, podemos determinar muito claramente que o antecedente deve ser “finalidades” e não outro em função do género feminino dos pronomes relativos “as quais”, ou seja, em função da forma plural feminina. No entanto, não há conexão linguística de pronomes relativos equivalente na expressão chinesa, e a relação lógica de uma frase é realizada por meio da relação ao nível de significado de palavras ou orações. Portanto, traduz-se como:

收集个人资料以便作信息化处理时，应严格依照收集该等数据之目的而进行收集：A recolha de dados pessoais para tratamento informático deve ser feita com vinculação estrita às finalidades a que se destinam esses dados
并应让当事人知悉该等目的：E as finalidades devem ser dadas a conhecer ao seu titular.

Se, na tradução, o termo “该等目的 (as finalidades)” não for adicionado a fim de esclarecer o objecto do sintagma verbal “ser dadas a conhecer”, o artigo traduzido chinês revelará uma ambiguidade e um mal-entendido por causa da falta do objecto. O destinatário da tradução não pode justificar com precisão e clareza o que ao seu titular “devem ser dadas a conhecer”. Por outras palavras, não fica claro se é “a recolha de dados pessoais”, o “tratamento informático” ou “a finalidade” que deve ser dada a conhecer ao titular.

No segundo exemplo, “em qualquer outro caso” indica o caso em que “o perigo não for provocado por sua culpa exclusiva”. Em português, o “qualquer” e “outro” são

pronomes indefinidos, tendo a função de referência. Mas, em chinês, os termos literalmente equivalentes não têm o mesmo efeito linguístico. Então, para a tradução jurídica, não será claro o suficiente traduzir a frase apenas literalmente. Portanto, ao traduzir para o chinês, o tradutor acrescentou a explicação completa a fim de tornar a tradução chinesa mais clara:

如非纯因行为人过错而造成危险: Se o perigo não for provocado por sua culpa
exclusiva
则法院...: O tribunal...

II. Ordem Causa-Resultado em chinês VS Ordem Resultado-Causa em português

Pode-se verificar que em chinês e em português, há diferentes formas de ordenamento da informação. Em chinês, um assunto costuma ser apresentado e tratado em conformidade com a ordem da ocorrência ao longo do tempo, ou seja, os chineses geralmente, quando pensam num assunto, seguem a ordem de desenvolvimento dele, e por causa disto, quando pensam num determinado problema, a causa ou os factos geralmente vão em primeiro lugar e a consequência ou a conclusão vai a seguir. Mas, em português, o conteúdo particular vai primeiro, isto é, costuma-se colocar as informações importantes no primeiro lugar, declarando a intenção logo no início, e depois apresenta-se tudo o resto. Neste sentido, nas leis em português, os processamentos vão sempre imediatamente no início de um artigo, e a explicação de determinado caso vai a seguir. Veja-se o seguinte exemplo:

1. Cessa o disposto no número anterior, se o declarante for nacional de país em que coexistam diferentes sistemas legislativos e nesse país tiver a sua residência habitual, contanto que a lei da sua residência habitual se considere competente para regular a relação.
如表意人所属国籍国有多个法制共存, 而表意人之常居地在该国, 且该常居地之法律认为本身为规范有关关系之准据法, 则不适用上款之规定。 (Artigo 1698.º n.º 3 do CCM)
2. A caducidade é apreciada oficiosamente pelo tribunal e pode ser alegada em qualquer fase

do processo, se for estabelecida em matéria excluída da disponibilidade das partes. 如失效之设立系涉及非属各当事人可处分之事宜, 则法院对失效依职权进行审查, 且当事人得在诉讼程序之任一阶段内提出该失效。 (Artigo 325.º n.º 1 do CCM)

Nos artigos originais de língua portuguesa, a consequência é declarada directamente no início e, em seguida, as circunstâncias e condições específicas são explicadas. Nas suas traduções chinesas, segue-se o modo de pensamento dos chineses, isto é, primeiro esclarece-se as circunstâncias e as condições e, por fim, indica-se os métodos de processamento.

Os textos originais portugueses de dois artigos acima referidos indicam primeiro directamente os métodos de processamento: “Cessa o disposto no número anterior” e “A caducidade é apreciada oficiosamente pelo tribunal e pode ser alegada...”. Em seguida, indica-se as circunstâncias correspondentes a esses métodos de processamento. Nas suas traduções chinesas correspondentes, a ordem das frases é completamente contrária, em que os métodos de processamento são colocados no fim, seguindo as suas circunstâncias respectivamente.

III. Perspectiva do agente em chinês VS perspectiva do objecto em português

A existência de diferentes pontos de vista sobre o mundo subjectivo e o mundo objectivo também é mostrada nas línguas chinesa e portuguesa. Na cultura ocidental, enfatiza-se a separação entre o homem e a natureza e a oposição das duas partes, o que resulta na separação do mundo subjectivo e do mundo objectivo na perspectiva de pensamento ocidental, tornando o objectivo mundo um lugar significativo ao pensar num assunto. Na cultura chinesa, no entanto, é diferente, em que se enfatiza a unidade e a harmonia, isto é, o mundo objectivo e o mundo subjectivo são um conjunto. Por causa disso, na construção de discurso, há dois padrões de frases diferentes. A estrutura da voz activa é preferida pelos chineses, enquanto a voz passiva com seu sentido da objectividade é favorecida pelos ocidentais.

Do ponto de vista da forma, parece que a voz activa e a voz passiva são diferentes

apenas na estrutura sintáctica e podem ser convertidas de forma flexível uma na outra. Mas, na verdade, há uma grande diferença entre as duas. A voz activa é mais subjectiva e vívida, enquanto a voz passiva é mais objectiva e calma. Do ponto de vista da estrutura, o agente pode ser representado por estrutura “por + agente”. Mas a situação do sujeito e do agente é completamente diferente. Na voz activa, o sujeito é o agente; na voz passiva, o sujeito é o destinatário. Na voz passiva do português, o agente pode ser omissa. Nos artigos jurídicos do Código Civil de Macau, encontra-se também esse fenómeno:

1. As listas de presença, referidas no número anterior, devem ser assinadas pelos associados presentes e pelos representantes dos associados no início das reuniões. 出席社员及代表社员出席之人, 应于会议开始前在上款所指之出席名单上签名 (Artigo 162.º n.º 2 do CCM)
2. Os estatutos da fundação podem a todo o tempo ser modificados pelo órgão de administração 财团之行政管理机关或章程所指定之另一机关, 得随时修改财团章程 (Artigo 178.º n.º 3 do CCM)
3. A decisão judicial que implique a extinção da fundação será oficiosamente comunicada pelo tribunal às entidades referidas no número anterior. 法院应依职权将导致财团消灭之裁判通知上款所指之各实体。 (Artigo 182.º n.º 4 do CCM)

No primeiro exemplo, a tradução em chinês é:

出席社员及代表社员出席之人, 应于会议开始前在上款所指之出席名单上签名。(Os associados presentes e os representantes dos associados devem assinar as listas de presença, referidas no número anterior, no início das reuniões.)

No texto original português, aplica-se a voz passiva, e na sua tradução para chinês, esta foi alterada para a voz activa, transformando o sujeito da frase original “as listas de presença” no objecto do verbo “assinar”. E o agente da frase original “os associados presentes e os representantes dos associados” foi transformado no sujeito da voz activa na tradução para chinês.

No segundo exemplo, a voz passiva “Os estatutos da fundação (...) ser modificados pelo órgão de administração” também foi transformada na voz activa, onde “órgão de administração” é o sujeito da frase, e “os estatutos da fundação” tornaram-se o objecto do verbo “modificar”.

No terceiro exemplo, o sujeito da frase original, “a decisão judicial”, foi transformado no objecto do verbo “notificar” na voz activa e o agente “o tribunal” foi transformado no sujeito da frase traduzida para chinês.

Com a comparação acima discutida, pode-se ver de forma clara o modo de pensar diferente entre os chineses e os portugueses.

IV. Uso da voz positiva em chinês VS uso da voz negativa em português

Na verdade, a análise do segundo exemplo feita no ponto 3.1.2 II (“O acto de constituição, os estatutos e as suas alterações não produzem efeitos em relação a terceiros, enquanto não forem publicados por extracto no Boletim Oficial de Macau.”) já se mostra esta característica, em cuja tradução para chinês a frase negativa foi transformada em uma expressão positiva, ou seja, afirmativa. Vou tomar outros dois exemplos do Código Civil de Macau como exemplos:

1. Desde que a exigência das obrigações por ela assumidas afecte gravemente os princípios da boa-fé e **não esteja coberta** pelos riscos próprios do contrato. 如要求受害一方当事人履行该债务严重违反善意原则，且提出该要求系**超越**因订立合同所应承受之风险范围 (Artigo 431.º n.º 1)
2. As irregularidades da convocação e em geral as irregularidades procedimentais **não podem ser invocadas senão pelos associados**. 对于召集上之不当情事以及其他属程序上之不当情事，仅得由社员主张之。 (Artigo 166.º n.º 2)

No primeiro exemplo, a expressão “não está coberto” significa “não inclui”, e, na sua tradução chinesa, foi traduzida com a expressão afirmativa “超越 (*chaoyue*)”, que significa “exceder o alcance, fora de alcance”. No segundo exemplo, “não podem ser invocadas senão pelos associados” significa “apenas podem ser invocadas pelos associados”, e sua tradução chinesa usa directamente a forma afirmativa.

Os chineses tendem a pensar num problema de forma directa, utilizando discursos positivos e, ao contrário, no texto original em português, utiliza-se mais discursos negativos, mostrando um modo de pensar contrário.

Em suma, a perspectiva de pensamento é estreitamente relacionada com a cultura da sociedade. As diferentes perspectivas de pensamento resultam das culturas distintas da China e de Portugal, isto é, existem diferenças óbvias entre o chinês e o português na ênfase do agente ou do objectivo, no pensamento de forma directa ou pensamento de forma contrária, e na forma de expressão, em que os chineses que aproveitam vínculos semânticos e os portugueses aplicam as conexões sintácticas. As expressões e o pensamento estão interligados, portanto, no processo do estudo de tradução jurídica português-chinês, os aspectos culturais e as diferentes perspectivas de pensamento moldadas pela cultura são pontos importantes para análise que não podem ser ignorados.

Capítulo 4. Princípios e estratégias para a tradução jurídica de Macau

4.1. Introdução geral do desenvolvimento do direito em Macau

He Zhihui, no seu livro *Huayang gongchu yu falü duoyuan: wenhua shijiaoxia de aomenfa bianqian* 华洋共处与法律多元: 文化视角下的澳门法变迁 (Coexistência Chinesa e Ocidental e Diversidade das Leis: A Mudança do Direito de Macau na Perspectiva Cultural), sintetiza o desenvolvimento histórico do direito de Macau (2014: 18-20):

Desde a abertura do porto de Macau e da residência dos portugueses, os governos Ming e Qing exerceram plenamente a sua jurisdição, o que garantia que o governo podia manter Macau sob o controlo do país. Contudo, os portugueses em Macau, ao mesmo tempo, estavam também a tentar estabelecer e promover as correspondentes instituições, que só tinham poder de autocontrolo limitado, através das quais a comunidade portuguesa em Macau respeitava e desenvolvia o seu próprio sistema jurídico. Pode-se constatar que, durante este período, na cultura política tradicional da China, se manteve uma atitude de vigilância e rejeição relativamente forte à entrada da cultura portuguesa em Macau.

Antes da Guerra do Ópio, os governos Ming e Qing exerciam plenamente a soberania sobre Macau, e os portugueses em Macau aproveitavam o conselho para exercer uma autonomia limitada dentro da comunidade. Todavia, a formação inicial da autonomia significa que o poder colonial de Portugal penetrou com sucesso em Macau, o que também contribuiu para a combinação inicial do sistema de governação da China e do Ocidente, fazendo com que o direito de Macau passasse a ter um forte carácter misto, e iniciou a formação do sistema jurídico moderno de Macau. Após a Guerra do Ópio no ano de 1840, Portugal aproveitou a situação para impor o controlo colonial em Macau. Em 1887, foi estabelecido o “Tratado de Peking” (*Zhongpu*

Hehao Tongshang Tiaoyue) e Portugal obteve o poder para a “administração da residência permanente” para Macau, pelo qual Portugal conseguiu implementar o seu ordenamento jurídico em Macau.

O “Estatuto Orgânico de Macau” (*Aomen Zuzhi Zhangcheng*) foi promulgado em 1976. Foi o documento constitucional durante o período anterior ao regresso de Macau à China, onde se reconhecia que Macau era uma região sob a governação portuguesa e gozava de autonomia administrativa, económica, financeira e legislativa ao abrigo dos princípios da Constituição Portuguesa e do respectivo Estatuto Orgânico.

Em 1987, após a assinatura da Declaração Conjunta Sino-Portuguesa, o controle colonial de Portugal chegou ao fim e deu-se início à reformulação das leis de Macau, a fim de seguir o princípio “Um país, Dois sistemas”, introduzido pelo líder da China Deng Xiaoping. O sistema jurídico começou a sofrer transformações, formando-se um novo sistema jurídico, respeitando a iniciativa de “Um país, Dois sistemas” após o regresso de Macau e o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau.

Nas palavras de Pound, em certo sentido, o direito é um método de controlo social altamente especializado aplicado numa sociedade por organizações políticas desenvolvidas. (1941: 249) Com a transferência da soberania de Macau, o sistema jurídico de Macau também sofreu alterações correspondentes, nesse processo, a tradução jurídica é sempre um trabalho importante durante séculos.

4.2. Características da linguagem na tradução jurídica

A linguagem é a maneira com a qual as pessoas sabem e estabelecem ligações com o exterior. A linguagem dá às pessoas um caminho para o mundo e a realidade. A linguagem e o pensamento estão profundamente integrados, neste sentido, por meio da linguagem, torna-se possível as actividades humanas de pensar, aprender, julgar e raciocinar. Conforme Grossfeld, “A linguagem é a força inteligente mais decisiva no Direito.” (tradução própria, 2002: 158)

O texto traduzido de diploma jurídico, diferente dos outros tipos de tradução, é

normativo e informativo. Neste sentido, há requisitos específicos para este tipo de tradução. Bhatia argumenta que, para a comunidade especializada, “o escrito legislativo é dispositivo linguístico indispensável que traz precisão, clareza, exactidão e abrangência total e assim por diante, no entanto, para a não especialista, isso é um mero meio para promover a solidariedade entre os membros da comunidade especializada e para manter os não-especialistas a uma distância respeitável e, portanto, é considerado como nada mais do que um puro absurdo linguístico.” (tradução própria, Bhatia, 1994:136) Este é um julgamento feito por Vijay Bhatia sobre as características linguísticas de escritos legislativos no primeiro parágrafo da sua obra *Cognitive Structuring in Legislative Provisions* (1994). Ele fala sobre os recursos lexicais e sintáticos específicos e únicos do texto legislativo e também como esses recursos linguísticos contam a partir de perspectivas de especialistas e não especialistas. Das suas palavras, podemos resumir os requisitos da tradução jurídica profissional, isto é, precisão, clareza, exactidão e abrangência total

Quanto à precisão, David Mellinkoff escreve no seu livro *The Language of Law*: “ (...) que, opondo-se à imprecisão inerente da linguagem, os advogados fazem muitas tentativas a garantir a precisão de expressão” (tradução própria, 1963: 22). Um dos requisitos para a linguagem jurídica é a precisão das palavras e frases. Além disso, a linguagem da tradução jurídica deve ser clara. Todas as palavras, frases ou símbolos com significado real ou significado em documentos jurídicos devem ser claros e apropriadamente reflectidos na tradução. Para além disso, “as pessoas têm o direito de ser informadas em linguagem que possam compreender, no que diz respeito a benefícios a que têm direito e a obrigações que lhes são impostas” (tradução própria, Fung e Watson-Brown, 1994: 13). Neste sentido, é justo os conteúdos do direito serem transmitidos a pessoas de forma clara e simples, o que faz parte do requisito de Estado de Direito. É necessário expressar claramente o significado de diplomas jurídicos para que os leitores possam entendê-los de forma suficientemente clara.

Ao se traduzir outros tipos de textos, são usados sinónimos a fim de evitar a repetição. No entanto, na tradução jurídica dos termos jurídicos, enfatiza-se o uso do mesmo termo para expressar o mesmo conceito. No livro *Legal Stylistics*, Henry

Weihofen e Antonio Gidi enfatizam que “a exactidão muitas vezes exige a repetição do mesmo termo para expressar a mesma ideia. (...) nunca necessitam de ter medo de usar a mesma palavra repetidamente. São causadas muito mais falhas na tradução jurídica por se tentar evitar a repetição do que por se repetir.” (tradução própria, 2018: 19) Na tradução jurídica isso também é a verdade, sendo que os tradutores nunca necessitam de ter medo de usar a mesma palavra de forma repetida. “Se se substituir através de uma variante a fim de evitar a repetição, os leitores poderão pensar que estão a fazer uma distinção que na verdade não existe” (tradução própria, Gidi e Weihofen, 2018: 20) Somente mantendo-se essa consistência e identidade na tradução é que os conceitos e ideias em diplomas jurídicos podem permanecer consistentes.

Por último, a linguagem utilizada na tradução jurídica também deve ser padronizada e oficialmente reconhecida. É complexa porque a tradução jurídica ocorre através de diferentes sistemas semióticos e jurídicos no contexto de diversas culturas sociocognitivas e disciplinares em resposta a uma variedade de motivações. Para realizá-lo com sucesso e eficácia, é necessário compreender os dois sistemas semióticos e os dois sistemas jurídicos ao mesmo tempo.

4.3. Os critérios de tradução jurídica em Macau

A relação entre o direito e a linguagem é estreita. Esta é o meio de manifestação daquele. Comparada com outros tipos de tradução, a tradução jurídica tem o seu próprio estilo e as suas próprias estratégias exclusivas. A linguagem jurídica é diferente da linguagem geral por ser compulsiva e normativa, contendo terminologia profissional, estrutura rigorosa e estilo solene. Portanto, na tradução jurídica, o primeiro princípio a seguir é a exactidão, e a seguir, normatividade, profissionalismo, simplicidade e objectividade.

Segundo Liu Gaolong (1995: 99),

“A qualidade é a questão mais importante nos trabalhos de tradução jurídica chinesa em Macau.

O direito, como uma regulamentação dos direitos e obrigações do homem, está intimamente

ligado aos interesses de todas as pessoas na comunidade, bastando um erro na estrutura de determinada expressão ou frase essencial de uma norma jurídica para causar consequências muito graves. Aliás, não sabendo português, a maioria da população de Macau só pode conhecer as leis vigentes em Macau através de traduções. Ora, o Gabinete para a Tradução Jurídica é um organismo público e as traduções por si realizadas assumem, de facto, alguma autoridade, embora não produzam por si efeitos jurídicos. Portanto, a boa ou má qualidade das traduções chinesas exerce uma influência profunda. (...) São dois os critérios principais em relação à qualidade de tradução: ser fiel ao original e utilizar uma linguagem fluente.”

De acordo com Liu Gaolong, a fim de garantirem a qualidade da tradução jurídica de Macau, os dois critérios são fidelidade e fluência. Com estes objectivos, os juristas chineses e portugueses participam no processo de tradução organizada pelo Gabinete de Tradução Jurídica de Macau, esforçando-se por fixar com precisão a terminologia técnico-jurídica e técnico-administrativa utilizada. (1995:96). Para além disso, foi elaborado um glossário dos termos jurídicos “de modo a que as entidades públicas e demais cidadãos possam consultar e onde a qualidade da língua chinesa oficial possa ser assegurada mediante a utilização correcta e uniformizada dos termos técnico-jurídicos e técnico-administrativos por parte dos órgãos legislativo, judicial e administrativo.” (Liu Gaolong, 1995: 96)

4.4. Estratégias de tradução jurídica em Macau

Através do estudo e análise crítica da versão bilingue, em chinês e em português, do Código Civil de Macau, é possível identificar as principais estratégias de tradução que são aplicadas no processo de tradução jurídica português-chinês: tradução literal, transferência, calque, transcrição, modulação, mudança, transposição e compensação.

I. Tradução literal

Newmark argumenta no seu *A Textbook of Translation*: “Acredito que a tradução literal seja o procedimento básico de tradução, tanto na tradução comunicativa quanto na semântica, em que a tradução começa daí.” (tradução própria, 1987: 70) A tradução

é apenas feita palavra por palavra, mas também existe uma correspondência, a nível da sintaxe, entre o texto-fonte e o texto-alvo. O tradutor tem de verificar se as regras da LC aceitam as regras da LP e se o referente e o efeito pragmático são equivalentes. Portanto, para além da correspondência no nível da palavra, a tradução literal torna-se cada vez mais difícil, isto é, as palavras não apenas se referem aos mesmos assuntos, mas também se associam de forma semelhante e parecem ser igualmente frequentes no mesmo tipo de texto. Mas como diz Vinay e Darbelnet, “É mais comum ao traduzir entre duas línguas da mesma família e ainda mais quando elas também compartilham a mesma cultura.” (tradução própria, 1995: 34) O chinês e o português são muito diferentes, por causa disso, na tradução jurídica português-chinês do Código Civil de Macau, é menos frequente uma tradução literal sem alteração de ordem ou estrutura.

II. Transferência/ Calque

Estas estratégias são semelhantes, indicando um processo de transferência de uma palavra da LP para um texto ou um termo na LC, que acontece sempre na conversão entre diferentes idiomas. Conforme Catford, a transferência refere ao processo em que o texto-alvo ou partes do texto-alvo possui os valores, ou seja significados contidos no texto-fonte. (1965: 43) O texto ou termo correspondente torna-se então uma “*loan word*”. Geralmente, com o objectivo de preencher a lacuna causada pelas diferenças metalinguísticas, costuma-se fazer empréstimos para realizar um efeito estilístico como no texto original. (Vinay e Darbelnet, 1995: 31) “O calque é um tipo de empréstimo especial, pelo qual uma língua toma emprestada uma forma de expressão de outra, mas então traduz literalmente cada um de seus elementos.” (tradução própria, Vinay e Darbelnet, 1995: 32)

III. Modulação

Parece-me que essa estratégia é mais aplicada quando há diferença na forma de expressão entre a LP e a LC, o que pode ser justificado quando o texto traduzido está

gramaticalmente correto, sendo que, todavia, ele é considerado inadequado, não natural ou estranho na LC. Vinay e Darbelnet usam o termo “modulação” para definir “uma variação da forma de mensagem, realizada por uma mudança no ponto de vista.” (Vinay e Darbelnet, 1995: 36)

Existem vários tipos de modulação, tais como, a utilização da voz activa em vez da voz passiva; a utilização de um caso abstracto para representar um concreto; a utilização de uma parte de um conjunto para indicar uma outra, etc. O critério de adequação para uma modulação depende da sua formulação e do contexto no texto traduzido.

IV. Mudança/ Transposição

“Mudança (*Shift*)” é um termo de tradução introduzido originalmente por Catford (1965), que se refere à conversão do texto original na tradução numa forma de desvio, que se divide em “alteração de nível (*level shifts*)” e “alteração de categoria (*category shifts*)”. A “alteração de nível (*level shifts*)” significa que as palavras usadas na tradução e no texto original estão em níveis linguísticos diferentes e são convertidas entre o nível gramatical e o léxico (1965: 73), enquanto a “alteração de categoria (*category shifts*)” se refere ao desvio da correspondência de forma entre as duas línguas, incluindo alteração estrutural, alteração morfológica, alteração de unidade e alteração dentro do sistema. (1965: 76)

O conceito de “transposição” foi introduzido por Vinay & Darbelnet (1958). Esta estratégia de tradução refere-se à mudança da classe de palavras ou categorias gramaticais durante o processo de tradução, (Vinay e Darbelnet, 1995: 36) como por exemplo de um substantivo para verbo, sem compromisso quanto ao significado ou à mensagem do texto-fonte. Ele argumenta que a transposição será talvez “a mudança estrutural mais comum aplicada por tradutores.” (tradução própria, Vinay e Darbelnet, 1995: 94)

Estas duas estratégias são semelhantes. A estratégia de mudança (*shift*) é uma estratégia, em que há um afastamento “da correspondência formal no processo de

passagem da LP para a LC” (tradução própria, Catford, 1965: 72), enquanto a estratégia de transposição é uma, em que “se substitui a classe de palavras por outra sem alterar o significado da mensagem.” (tradução própria, Vinay e Darbelnet, 1995: 36). É um procedimento de tradução que envolve uma mudança na gramática, no léxico e vice-versa, da LP para LC. Existem diferentes tipos de mudança e transposição. Por exemplo, a mudança é necessária quando uma estrutura gramatical da LP não existe na LC; a mudança onde a tradução literal é gramaticalmente possível, mas a forma aplicada pode não ser natural, tal como na LC, etc.

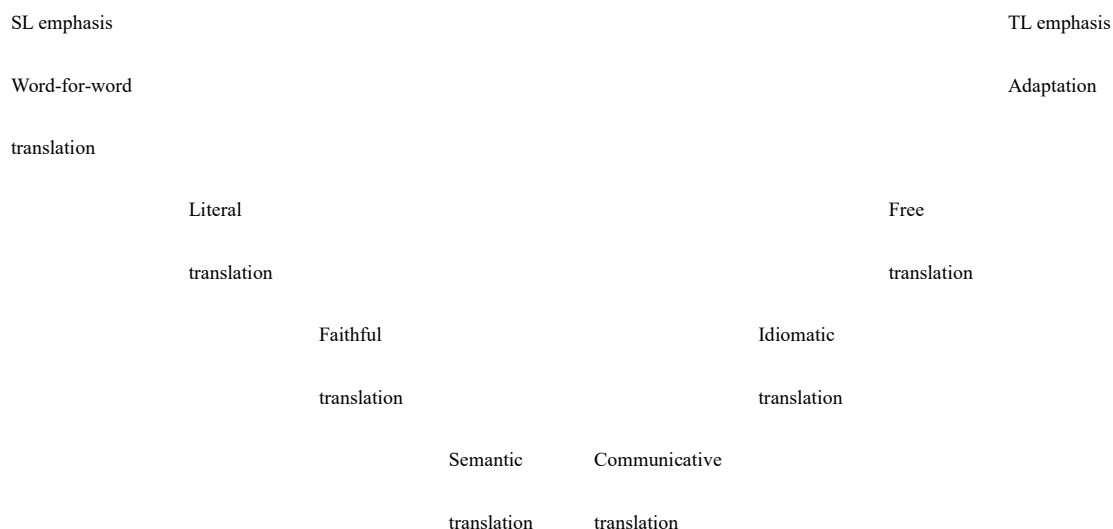
Muitas vezes, no texto traduzido, uma frase complexa pode ser convertida numa frase coordenada, numa frase composta ou em várias frases simples, por causa das diferenças linguísticas. Em muitos casos, as transposições parecem tratar das diferenças além das linguísticas, que podem ser consideradas como opções gerais apropriadas para diferença estilística. Newmark argumenta que “A transposição é o único procedimento de tradução que tem a ver com a gramática, e a maioria dos tradutores faz as transposições de forma intuitiva.” (tradução própria, Peter Newmark, 1987: 88).

V. Compensação

No processo de tradução, devido às diferenças entre a LP e a LC, a habilidade profissional de tradutor e a sua qualidade, há transformação incompleta. Por causa disso, alguma parte do conteúdo original e da expressão estilística é inevitavelmente perdida. Nesse caso, se o tradutor tiver em consideração essas perdas, pode fazer melhorias por meio de compensação. Conforme Newmark, “quando a perda de significado, efeito sonoro, metáfora ou efeito pragmático numa parte de uma frase é compensada em outra parte, ou numa frase contígua.” (Newmark, 1987: 90)

Do ponto de vista do propósito principal da função do texto, Newmark classifica os textos de acordo com as suas funções, os seus estilos e os seus conteúdos, isto é, texto com função expressiva (*expressive function*), função informativa (*informative*

function), função vocativa (*vocative function*), função estética (*aesthetic function*), função fática (*phatic function*) assim como função metalingual (*metalingual function*) (1987: 39-44). Ele acredita que, na tradução de diferentes tipos de texto, devem ser aplicados métodos de tradução diferentes. Ele argumenta que o problema central da tradução se foca sempre em traduzir literalmente ou livremente, mas ele acredita que essa contradição pode ser reconciliada. (1987: 45) Para este fim, ele adota uma figura em forma de “V” de fundo plano para mostrar as diferenças nos vários métodos de tradução (1987: 45)



Newmark acredita que, em comparação com as estratégias de tradução palavra por palavra, tradução literal e tradução fiel, que enfatiza a retenção das características da LP, e as estratégias de adaptação, tradução livre e tradução idiomática, que enfatiza a conformidade das características da LC, “apenas a tradução semântica e comunicativa cumprem os dois principais objectivos da tradução, que são primeiro, o da expressão com precisão e, segundo, o económico” (tradução própria, 1987: 47)

Segundo Newmark, a tradução semântica é aplicada para textos expressivos, enquanto a tradução comunicativa serve para textos informativos e vocativos; a tradução semântica significa que o texto traduzido em LC deve reproduzir o significado contextual do texto original com a maior precisão possível que a semântica e a sintaxe da LC permite, enquanto a tradução comunicativa se refere à

tentativa de produzir um efeito no leitor-alvo, que deve ser o mais próximo possível do efeito produzido pela obra original no leitor original, ou seja, traduzir, de uma forma que o leitor possa compreender e aceitar, e reproduzir o conteúdo e o contexto do texto original. (1987: 47-48) “Em geral, a tradução semântica é formada no nível linguístico do autor, enquanto a tradução comunicativa, no nível linguístico do leitor-alvo” (tradução própria, Newmark, 1987: 47) Pode se ver que a tradução semântica tem uma tendência estrangeirante, enquanto a tradução comunicativa tem uma tendência domesticante.

No entanto, “a tradução semântica e a tradução comunicativa devem ser vistas como um conjunto” (tradução própria, Newmark, 1987: 47). Não há tradução semântica absoluta e também não há tradução comunicativa absoluta. Só se pode dizer que, na tradução de um texto, a estratégia principal é uma delas.

Uma outra análise é referente às estratégias aplicadas no processo da tradução. Como disse Newmark: “Embora as estratégias de tradução (*translation methods*) se relacionem com textos inteiros, os métodos de tradução (*translation procedures*) são usados para as frases e as unidades menores da linguagem (tradução própria, 1987: 81). Do ponto de vista do método de tradução, divido os métodos de tradução aplicados à tradução jurídica português-chinês em categorias baseadas nas tendências da domesticação, em que se enfatiza o estilo da LC, e da estrangeirização, em que se enfatiza o estilo da LP:

Estrangeirização/ Ênfase na LP	Domesticação/ Ênfase na LC
Calque/transferência	Transposição
	Modulação
Tradução literal	Mudança/alteração
	Compensação

Antes de traduzir, o tradutor necessita de determinar se se aplica a estratégia de

tradução semântica ou a de tradução comunicativa. O diploma jurídico é um texto com função vocativa e por causa disso, a estratégia de tradução comunicativa é principalmente aplicado, tendo ênfase na LC com tendência domesticante. Como já é argumentado acima, não há tradução semântica absoluta e também não há tradução comunicativa absoluta. Só se pode dizer que, na tradução de um texto, a estratégia principal é uma delas. Então, será que a tradução semântica também pode ser utilizada, mas de forma menos frequente relativamente à tradução comunicativa.

Em primeiro lugar, a tradução jurídica é distinta dos outros tipos de tradução, tal como a tradução literária. Em termos de características de linguagem, a escolha de palavras e as maneiras da construção de frases em linguagem literária e não literária são bastante diferentes. As características da linguagem não literária são: primeiro, que os conteúdos escritos são o que exactamente se refere e tudo o que quer expressar é demonstrado por meio textual; segundo, que o objectivo dominante da tradução é reproduzir a realidade da forma mais completa possível; terceiro, que dá mais atenção na transmissão de informação do texto original; enquanto as características da linguagem literária são: primeiro, que os conteúdos escritos não são completamente o que quer expressar e o que realmente quer expressar pode não estão demonstrados de forma textual; segundo, que os significados estão além das palavras, onde o tema central pode ser amplo ou até infinito; terceiro, que os conteúdos podem ser além da realidade.

Numa eventual comparação de um texto literário a uma árvore, o tema espiritual e mental além das palavras é a sua raiz. Neste sentido, se um tradutor do texto literário apenas traduzir o significado literal, palavra por palavra, isso será como extrair uma árvore mas deixar de suas raízes em terra, sendo sem dúvida que a árvore morrerá logo. Só quando as “raízes” existem é que a vitalidade da literatura pode durar. Além de transmitir o conteúdo no nível mental e espiritual, a tradução literária também enfatiza as características de estilo de linguagem. Quanto a textos não literários, dá-se mais atenção a reflectir verdadeiramente a situação do texto original. Este tipo de texto tem as características de simplicidade, eficácia, precisão, profissionalismo e funcionalidade. Como já analisei em cima no ponto 4.2., para os textos jurídicos, estas

características também são todas aplicáveis.

Em segundo lugar, é diferente da tradução de texto técnico-científico geral e diferente da tradução jurídica só com efeito introdutório. Tal como referido acima no capítulo 3, ponto 3.1.1, tanto a versão chinesa como a portuguesa das leis de Macau têm efeito legal e são documentos normativos que podem ser citados directamente no acto legal. Portanto, ao traduzir, o tradutor não pode adicionar nenhum conteúdo segundo a sua própria vontade, mas, ao contrário, deve transmitir o conteúdo do texto legal original de forma mais completa e precisa possível, com base num entendimento preciso de certa intenção legislativa.

No caso de tradução jurídica de Macau, a importância das informações do texto original é tão importante quanto as formas e os meios de as transmitir, e os destinatários do texto traduzido têm o mesmo conhecimento do mesmo conteúdo jurídico que os leitores do texto original. Mas a diferença é que o chinês e o português são línguas completamente diferentes e existem diferenças nos modos de expressão. Portanto, parece-me que, quando se faz a tradução jurídica, é necessário integrar as estratégias com tendência de estrangeirização e de domesticação, e aplicar juntamente as estratégias de tradução semântica e tradução comunicativa conforme os requisitos. Penso que esta também é uma estratégia que pode ser considerada ideal para a tradução jurídica, porque pode-se tomar em consideração a intenção legislativa e o significado do texto original ao mesmo tempo. Além disso, considero que, desta forma, o destinatário do texto traduzido pode aceitar a tradução de uma maneira relativamente tranquila.

Por outras palavras, a integração de estratégias de estrangeirização e domesticação significa que, em termos de tradução no nível lexical, como a interpretação de conceitos jurídicos não pertencentes ao sistema jurídica chinês, precisa-se de aplicar as estratégias de estrangeirização; em termos de construção de frase, como estrutura de frase e locuções, deve se adaptar de acordo com a LC, ou seja, o modo de expressão dos chineses com características de Macau, aplicando as estratégias de domesticação e a localização a fim de tornar os textos traduzidos mais naturais.

4.5. Estratégias aplicadas para lidar com influências dos factores sociais

4.5.1. Estratégias de domesticação

Com a evolução da história, as diferenças entre as perspectivas de pensamento dos chineses e dos ocidentais desenvolvidas sob diferentes contextos culturais são bastante distintas. A diferença das perspectivas de pensamento moldadas pela cultura resulta em diferença nos modos de expressão. Essa diferença é um ponto importante que não pode ser ignorado na tradução do português para o chinês. Na tradução português-chinês do Código Civil de Macau, as seguintes estratégias de tradução de domesticação são utilizadas principalmente para resolver o impacto das diferenças de perspectivas de pensamento.

I. Mudança/ Transposição

Estas duas estratégias são semelhantes, sendo amplamente utilizadas em actividades de tradução de português para chinês. Na tradução do Código Civil de Macau, pode-se encontrar muitos casos, onde se aplica este tipo de estratégia:

A). Mudança da estrutura proposicional, isto é, alterações relacionadas com as proposições, por exemplo, passagem da voz activa à voz passiva. Pode-se ver isso com o seguinte exemplo:

nem a suspensão nem a interrupção serão atingidas pela aplicação da nova lei

新法之适用对该中止或中断不构成影响 (Artigo 292.º, n.º 2 do CCM)

A frase original é construída na voz passiva, mas, na sua tradução chinesa, esta encontra-se convertida na voz activa: A aplicação da nova lei não atinge nem a suspensão nem a interrupção. A transposição e alteração feita neste caso visa lidar com as influências por diferença das perspectivas de pensamento entre os chineses e os portugueses, isto é, os chineses costumam pensar na perspectiva do agente, e os portugueses, na perspectiva do objectivo, o que foi discutido em cima no ponto 3.3.2.

ponto III.

B). Mudança da estrutura sintagmática, que se reflecte principalmente nas mudanças relacionadas com as estruturas frásicas, isto é, uma passagem, por exemplo, de uma subordinação a uma coordenação. Essa estratégia também é usada principalmente para resolver diferenças em termos de modos de construção de frases e de expressão causadas pela diferença das perspectivas de pensamento. Pode-se ver isso com o seguinte exemplo:

Fica sempre ressalvado o direito de o menor reclamar a responsabilidade civil contra o representante legal ou administrador de bens, cuja negligência haja dado causa à prescrição. 因未成年人之法定代理人或财产管理人之过失而导致时效完成者, 未成年人要求该法定代理人或财产管理人承担民事责任之权利, 必予保留。 (Artigo 312.º, n.º 3 do CCM)

A estrutura da segunda frase é mais complicada. Em geral, é uma frase simples mais uma oração subordinada adjectiva ligada por pronome relativo “cuja”. Neste artigo, “o direito de o menor reclamar a responsabilidade civil contra o representante legal ou administrador de bens” é a parte principal e o alvo a ser regulamentado. Há uma oração subordinada ligada por pronome relativo “cuja”, cujo antecedente é “o representante legal ou administrador de bens”. Esta oração adjectiva também se trata da condição da respectiva disposição. No entanto, a forma de elaboração deste artigo não está conforme com a ordem normal da perspectiva de pensamento dos chineses, isto é, “condição + sequência ou tratamento”, que é analisado no capítulo 3, ponto 3.3.2. II. Portanto, na tradução chinesa, alterou-se a frase para uma oração condicional, o que tornou a expressão em chinês mais fluente e natural:

因未成年人之法定代理人或财产管理人之过失而导致时效完成者: Caso a negligência do representante legal ou administrador de bens haja dado causa à prescrição

未成年人要求该法定代理人或财产管理人承担民事责任之权利: o direito de o menor reclamar a responsabilidade civil contra o representante legal ou administrador de bens

必予保留: Fica sempre ressalvado

C). Mudança de coesão, isto é, mudanças ligadas ao nível intratextual. Por exemplo, o uso ou não do demonstrativo, do possessivo, do sujeito pessoal. Esta estratégia de tradução é utilizada principalmente para resolver as diferenças entre o chinês e o português em termos de hipotaxe e parataxe. Como já foi discutido no ponto 3.3.2. I, os chineses enfatizam os laços lógicos semânticos, enquanto os portugueses enfatizam a estrutura formal. Portanto, a conversão correspondente é necessária na tradução. No exemplo anterior, já se aplica essa estratégia. Veja-se a tradução chinesa daquele exemplo:

因未成年人之法定代理人或财产管理人之过失而导致时效完成者: Caso a negligência do representante legal ou administrador de bens haja dado causa à prescrição

未成年人要求该法定代理人或财产管理人承担民事责任之权利: o direito de o menor reclamar a responsabilidade civil contra o representante legal ou administrador de bens

必予保留: Fica sempre ressalvado

Primeiramente, é necessário verificar de quem é a negligência? A conexão sintáctica dá grande apoio para esta justificação. O relativo “cuja” indica que a negligência é de “o representante legal ou administrador de bens”, o que é o seu antecedente. Na sua tradução para chinês, repete-se “o representante legal ou administrador de bens” para tornar a semântica completa, porque em chinês, não há

estrutura equivalente para o mesmo efeito, e a transposição faz com que o texto traduzido seja mais claro.

D). Mudança de categorias gramaticais, como por exemplo de um substantivo para verbo, sem comprometer o significado ou a mensagem do texto-fonte. Pode-se ver isso no seguinte exemplo:

1. **A declaração** de nulidade ou a anulação do negócio jurídico que respeite a bens imóveis, ou a móveis sujeitos a registo 对涉及不动产或须登记之动产之法律行为宣告无效或撤销 (Artigo 284.º, n.º 1 do CCM)

2. Os usos que não forem **contrários** aos princípios da boa-fé são juridicamente atendíveis quando a lei o determine. 不违背善意原则之习惯, 仅在法律有所规定时, 方予考虑。(Artigo 2.º do CCM)

O substantivo “declaração” na primeira frase é transformado no verbo “宣告 (declarar)” na tradução chinesa; e o adjetivo “contrários” na segunda frase é transformado no verbo “违背 (romper/violar)”. No processo de tradução do texto legal, a mudança de categorias gramaticais quebra o limite do método de tradução no nível literal, fornecendo mais espaço para a escolha semântica e torna o vocabulário mais flexível. Ao mesmo tempo, os tradutores têm maior liberdade no processo de “codificação”, tornando mais fluentes e naturais os textos traduzidos.

II. Modulação

Esta estratégia de tradução é proposta por Vinay e Darbelnet, que se refere à alteração de ênfase do original, alterando o ponto de vista e a perspectiva da língua original. Esta estratégia aplica-se principalmente às diferenças entre o chinês e o português que são influenciadas por diferentes perspectivas de pensamento. Por exemplo, a mudança da perspectiva negativa para a perspectiva afirmativa. Como já foi discutido no ponto 3.3.2.IV. Vou pôr aqui mais um exemplo para explicar melhor:

Regime da **invalidade** 有关有效性之制度

O termo “invalidade” é da perspectiva negativa, isto é “não válido”. E na sua

tradução para chinês, transformou na perspectiva afirmativa “有效性 validade”.

III. Compensação

Newmark menciona no seu livro *Textbook Of Translation* que “a compensação ocorre quando a perda de significado, efeito sonoro, metáfora ou efeito pragmático numa parte de uma frase é compensada em outra parte, ou numa frase contígua” (tradução própria, 1987, P.90). No processo de tradução jurídica, embora essa estratégia de tradução não seja utilizada por muitas vezes, ela desempenha um papel muito importante na preservação da expressão completa no texto jurídico.

Pode-se ver um exemplo disso, ao se listar as situações a serem tratadas por um determinado método de processamento:

Sem prejuízo da aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 280.º relativamente às deliberações que careçam de execução:

a) A nulidade resultante da alínea d) do n.º 1 do artigo anterior só pode ser arguida dentro do prazo de 2 anos a contar da data em que a deliberação foi tomada

在不影响第二百八十条第二款有关对需予执行之决议所作规定之适用下,提出无效或撤销之期限为:

因上条第一款 d 项规定而生之无效, 仅得自决议作出日起计之两年内提出 (Artigo 166.º n.º 3 do CCM)

Se for traduzida directamente de acordo com o texto original, a primeira frase só mostra o método de processamento, sem nenhum contexto nem alvo sobre esta lei, fazendo com que menos claro o objecto de que trata. Na expressão chinesa, é necessário apresentar de forma clara o alvo de cada artigo. Então, na sua tradução para chinês, ajustou-se a estrutura da sintagma, acrescentando “提出无效或撤销之期限为 (o prazo para declarar a nulidade ou revogação é)” à primeira frase para indicar claramente qual o alvo deste artigo é regulamentado.

4.5.2. Estratégias de estrangeirização

I. Transferência/ Calque

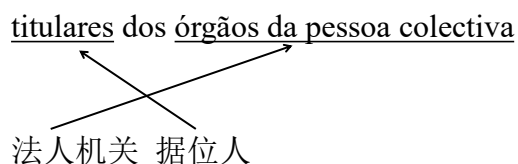
Como eu já discuto acima, a tradução jurídica enfatiza a transmissão precisa de informações, portanto, se o texto traduzido de maneira directa for tranquilo e preciso, pode-se o traduzir directamente de acordo com o texto original.

Vou tomar o termo “cabeça-de-casal” como exemplo, que é um termo para o qual não existe termo equivalente chinês no sistema jurídico chinês nem há termo equiparado em chinês. Então, quando se traduziu o referido termo, a estratégia de transferência foi aplicada.

Em primeiro lugar, o termo “cabeça-de-casal” é definido no Código Civil de Macau da seguinte forma: “A administração da herança, até à sua liquidação e partilha, pertence ao cabeça-de-casal.” (Artigo 1917.º do CCM) Como se sabe, o conceito de “*yichan guanliren* 遗产管理人 (administrador da herança)” existe no Código Civil da China e, ao mesmo tempo, também existe no Código Civil de Macau. Por outras palavras, o cabeça-de-casal administra a herança, mas é diferente do administrador de herança ordinário, porque o período da gestão é limitado antes da liquidação e partilha da mesma. Além disso, no Código Civil de Macau, também existe o conceito de “*caichan guanliren* 财产管理人 (administrador de bens)”, que também é diferente, o que pode justificar-se pela sua expressão literal (“bens” não é “herança”). Embora sejam claramente conceitos diferentes, pode-se aproveitar os termos existentes para transcrever o termo estrangeiro.

Tendo em consideração tudo o que é referido acima, podemos ver na sua tradução chinesa “*daifenge caichan guanliren* 待分割财产管理人”, que inclui os dois aspectos do conceito: o primeiro é “*daifenge* 待分割”, significando que “ainda não foi liquidado e partilhado” e o segundo é “*caichan* 财产”, que diz respeito a objecto. No entanto, a expressão “*caichan* 财产” em chinês refere-se a “bens” e não a “herança”. A meu ver, é provável que é uma decisão menos adequada para a sua tradução, o que merece uma consideração mais aprofundada por juristas e tradutores.

Para além disso, a estratégia do calque é aplicada na tradução do termo “titulares dos órgãos da pessoa colectiva”, como já argumento no capítulo 3, 3.2.2, ponto II (ii). Na tradução chinesa do termo “titulares dos órgãos da pessoa colectiva” do artigo 149.º, tomou-se emprestada a forma de expressão original em português, mas então traduziu-se literalmente cada um de seus elementos, traduzindo como “法人机关据位人 (*faren jiguan juweiren*)”. Para ser mais claro:

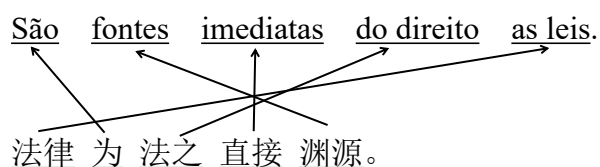
titulares dos órgãos da pessoa colectiva

 法人机关 据位人

II. Tradução literal

A tradução jurídica enfatiza a transmissão precisa de informações, portanto, se o texto traduzido de maneira directa for tranquilo e preciso, pode-se o traduzir directamente de acordo com o texto original.

A estratégia da tradução literal significa que a tradução ainda adopta os meios de expressão do texto original sem grandes ajustes na estrutura das frases e na ordem das palavras. A tradução literal pode não apenas manter as características do original, mas também fazer com que o destinatário da tradução aceite gradualmente o estilo original. Em termos de métodos de expressão, a tradução jurídica utiliza a estratégia de tradução literal, onde se mantêm as características do texto original. Porém, devido à óbvia diferença entre a língua chinesa e a portuguesa e os modos de construção de frases, modificações foram feitas na estrutura das frases e na ordem das palavras.

Pode-se ver a tradução do Artigo 1.º n.º 1 do CCM:

São fontes imediatas do direito as leis.

 法律 为 法之 直接 渊源。

Na sua tradução, reformula a ordem da frase.

4.5.3. Estratégias de localização

Devido à influência dos factores políticos e de ambiente linguístico, o chinês vernacular de Macau é influenciado pelo cantonês e pelo português, e tem um aspecto clássico único. Assim, ao realizar a tradução jurídica, o vernáculo utilizado na tradução chinesa do Código Civil de Macau difere um pouco do mandarim estandardizado. Acredito que esse problema tende mais a ser um problema de características do idioma local do que um problema de tradução. No entanto, a tradução é inseparável do uso da linguagem, sendo a escolha da linguagem que determina a qualidade da tradução e a aceitação do destinatário da tradução. Por isso, na discussão aqui, prefiro colocar as características linguísticas resultadas da política e do ambiente linguístico de Macau na discussão das estratégias de tradução.

De um modo geral, tendo como objectivo de lidar com este problema, os tradutores precisam de, primeiro, seguir os métodos e estratégias de tradução português-chinês durante o seu processo da tradução, e, ao mesmo tempo, dar atenção às expressões especificamente localizadas da LC e regulá-las e revê-las. (nos pontos 3.1.2.I e 3.2.2)

A tradução jurídica é um ramo muito difícil no campo da tradução. Os textos jurídicos originais em português costumam ter frases longas, estruturas complexas, conceitos complicados, combinação de terminologia e palavras comuns e um grande número de advérbios antigos e palavras repetitivas; e o estilo dos textos jurídicos é muito rigoroso e metuculoso, pelo que os requisitos de tradução para textos jurídicos são muitos diferentes. As influências causadas por factores sociais na tradução jurídica do Código Civil de Macau acima analisadas são muito comuns em Macau. Por causa disso, penso que as soluções acima mencionadas são também universalmente aplicáveis à tradução jurídica de Macau.

Em primeiro lugar, quanto à diferença de perspectivas de pensamento moldadas pela cultura, que resulta em diferentes formas da construção de frase, tais como o uso da voz passiva e da voz activa, a ordem e a estrutura de uma frase, o uso de frase afirmativa e de negativa e a realização de conexões intertextual, entre outros,

aplicam-se as estratégias de transposição, modulação, mudança e compensação. Em segundo lugar, quanto aos termos que têm significados específicos da sociedade, sob a influência da política, utiliza-se normalmente a estratégia de compensação, tendo como objectivo de explicar e esclarecer de forma mais detalhada os referidos significados. Em terceiro lugar, quanto aos conceitos e termos típicos que não têm equivalentes ou conceitos semelhantes na LC, isto é, o chinês, a estratégia de tradução literal e estratégia de calque são mais utilizadas. Quanto aos usos do chinês moderno e do chinês clássico, penso que isto pode ser considerado como um requisito adicional. É necessário cultivar uma consciência na singularidade do idioma local e durante a prática de tradução, é importante justificar se as expressões correspondem bem ao uso localmente aplicado. Mas, na verdade, a meu ver, com a popularização do chinês em Macau e o aumento de interesse dos cidadãos de Macau no mandarim (*putonghua*), o chinês vernáculo em Macau tornar-se-á cada vez mais próximo do mandarim (*putonghua*), ou seja, do chinês moderno estandardizado.

Capítulo 5. Conclusão

Com os intercâmbios jurídicos cada vez mais frequentes entre a China e os países de língua portuguesa no contexto de globalização, a tradução jurídica português-chinês tem-se tornado cada vez mais essencial nos últimos anos, mas a investigação e o estudo sobre tradução jurídica português-chinês são relativamente escassos quer na China quer nos países lusófonos. Embora alguns estudiosos tenham estudado problemas relacionados e tenham conseguido resultados, concentram-se principalmente na análise das características e dos princípios da tradução de textos jurídicos ou analisam a tradução jurídica apenas de perspectiva linguística. Em outras palavras, a tradução de textos jurídicos português-chinês ainda é uma disciplina menos desenvolvida e está longe de formar uma teoria de tradução madura para orientar as suas práticas de tradução.

A abordagem linguística da investigação e do estudo em tradução concentra-se principalmente na análise da conversão do código de idiomas entre o texto de partida e o texto de chegada. O foco desta teoria está ao nível de expressão do idioma no processo de tradução, e menos atenção é dada à influência e restrição de factores sociais e culturais externos ao idioma no referido processo. Com o aprofundamento dos estudos da tradução, há cada vez mais estudiosos que começam a prestar atenção a realidades exteriores às actividades de tradução, voltando-se então para o contexto cultural da tradução, com base no que uma abordagem dos estudos da tradução baseada na perspectiva cultural dos estudos de tradução se tem desenvolvido. Do ponto de vista do sistema cultural da LC, investigam e estudam a selecção de textos da LP, a aplicação de estratégias de tradução pelo tradutor e o papel e a influência da tradução no sistema cultural da LC, com foco na investigação das actividades de tradução no contexto cultural. Pode-se ver que o estudo da tradução da perspectiva cultural atribui grande importância ao estatuto da cultura. A evolução da perspectiva da tradução para uma perspectiva cultural abre um novo campo de análise em tradução, expande os horizontes dos estudiosos desta área e, assim, os estudos de tradução alcançam um progresso considerável, porque os estudos e análises de

tradução feitas a partir de uma perspectiva cultural, de facto, permitem resolver alguns dos problemas na abordagem linguística dos mesmos, por exemplo ultrapassando as limitações dos estudos de tradução no nível de conversão linguística e estendendo os estudos de tradução do sistema de micro-linguagem para o contexto cultural em que ocorrem as actividades externas e macro de tradução. No entanto, com o aprofundamento de estudo, algumas deficiências dos estudos da tradução da perspectiva cultural surgem gradualmente, isto é, o conteúdo complexo e a ampla extensão dos estudos culturais tornam difícil esclarecer o conteúdo e o escopo dos estudos da tradução.

Nota-se que a cultura é uma parte integrante da sociedade e, além disso, a própria actividade de tradução é um tipo de comportamento social, e vários estudos sobre actividades de tradução não podem evitar esse atributo, o que também faz com que os estudos de tradução de uma perspectiva social tenham um certo grau de racionalidade.

Na minha opinião, se a actividade de tradução é definida como um tipo de comportamento social e o processo de tradução é considerado um procedimento complexo que envolve muitos idiomas, culturas e factores sociais, o texto traduzido, então, o resultado final do processo de tradução é considerado uma manifestação abrangente da língua, cultura e sociedade. Da perspectiva linguística à perspectiva cultural, o estudo de tradução desenvolve-se finalmente num estudo da nova perspectiva social além da linguagem, fornecendo novas ideias para o estudo de textos traduzidos.

Nesta dissertação, procura-se analisar a tradução jurídica na perspectiva da influência de factores sociais, a fim de fornecer uma nova visão para que tradutores jurídicos considerem a tradução em contextos sociais. O presente estudo baseia-se principalmente na teoria sociológica de Bourdieu, Luhmann e Latour, no argumento de Sergey Tyulenev de que a tradução é uma actividade social praticada em contextos sociais e praticada por seres humanos socializados e a visão de Newmark sobre a abordagem semântica e comunicativa da tradução, em que a primeira enfatiza a LP e a última, a LC, investigando como os factores sociais afectam a tradução jurídica, nomeadamente em três aspectos, isto é, político, de ambiente linguístico da sociedade

e diferentes perspectivas de pensamento moldadas pela cultura e explorando como a abordagem da tradução é aplicada à tradução de textos jurídicos para facilitar aos tradutores a transferência máxima dos significados originais.

Verifica-se que estudar a tradução jurídica na perspectiva dos factores sociais é uma forma eficaz e abrangente de lidar com os problemas tradutórios. Essa nova abordagem leva em consideração factores sociais e trata a tradução como um processo de decodificação e codificação em determinado contexto social. Com base nos principais critérios de tradução legal em relação à qualidade de tradução, isto é, ser fiel ao original e utilizar uma linguagem fluente e nas características da linguagem jurídica, no que diz respeito a precisão, clareza, exactidão e abrangência total, certas estratégias são aplicadas para lidar com os problemas suscitados. Por exemplo, usa-se as estratégias de domesticação, incluindo as estratégias de transposição, modulação, mudança e compensação para lidar com os problemas suscitados pela influência de diferentes perspectivas de pensamento e da política, as estratégias de estrangeirização, incluindo a tradução literal e calque, a fim de lidar com os problemas de traduzir os termos não pertencentes ao sistema jurídico da LC, e a estratégia de localização, para tornar a linguagem do texto jurídico traduzido mais natural. Através da análise da perspectiva social e da aplicação de estratégias de tradução, os significados e funções exactos de diplomas jurídicos são transmitidos de forma mais completa. Além disso, a abordagem da tradução da perspectiva social aprofunda muito as percepções dos tradutores e amplia as suas mentes no processo de comunicação interlingual. Durante a tradução, os tradutores não podem apenas considerar os factores dentro do idioma, mas também devem levar em consideração os factores externos ao idioma, tais como o linguístico, o cultural e o político, entre outros, do contexto social, tendo como objectivo de produzir uma tradução satisfatória.

Bibliografia

Aomen Minfadian (zhongwenban) 澳门民法典 (中文版) (Código Civil de Macau (Versão Chinesa)) : <https://bo.io.gov.mo/bo/i/99/31/codcivcn/codciv0001.asp>

Código Civil de Macau (Versão Portuguesa): <https://bo.io.gov.mo/bo/i/99/31/codcivpt/codciv0001.asp#1>

Baker, M., 2006. *Translation and Conflict: A Narrative Account*. London and New York: Routledge.

Bassnett, S. & Lefevere, A., 1998. *Constructing Cultures: Essays on Literary Translation*. Clevedon: Multilingual Matters Ltd.

Baum, Eric, 2004. *What is Thought*. Massachusetts: The MIT Press.

Bernhard, Grossfeld, 2002. *Bijiaofa de lilian yu ruodian* 比较法的力量与弱点 (*The Strength and Weakness of Comparative Law*), traduzido por Sun Shiyan 孙世彦 e Yao Jianzong 姚建宗. Beijing: Qinghua daxue chubanshe.

Bhatia, V. K., 1994. "Cognitive structuring in legislative provisions", in Gibbons, J. (ed.), *Language and the Law*. London: Longman Group UK Limited, pp. 136-154.

Bourdieu, P. & Nice, R., 1980a. "The Production of belief: Contribution to an economy of symbolic goods". *Media, Culture and Society*, 2(3), 225-54.

Bourdieu, P., 1984. *Distinction: A Social Critique of the Judgment of Taste*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.

Bourdieu, P., 1986c. "The struggle for symbolic order". *Theory, Culture and Society*, 3 (3), 35-51.

Bourdieu, P., 1990. *The Logic of Practice*. Stanford: Stanford University Press.

Bourdieu, P & Wacquant, L.J.D., 1992. *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago: University of Chicago Press.

Buzelin, H., 2005. "Unexpected allies: How Latour's Network Theory could complement Bourdieusian analyses in Translation Studies." *Translator*, 11(2),

193-218.

Cabrita, Eduardo, 1994-4.º. “O bilinguismo jurídico - condição e garantia da autonomia e identidade de Macau”. *Administração*, 7(26), 667-677.

Calado, Nuno., 1995-1.º. “Tradução jurídica - experiência e perspectivas”. *Administração*, 8(27), 73-91.

Catford, J., 1965. *A Linguistic Theory of Translation*. London: Oxford University Press.

Chan Chi Biu, 2012-1.º. “Tradução jurídica e produção legislativa bilingue em Macau - actualidade e perspetivação”. *Administração*, 25(95), 167-180.

Chen Dingan 陈定安, 1998. *Yinghan bijiao yu fanyi* 英汉比较与翻译 (Comparação e tradução inglês-chinês). Beijing: Zhongguo duiwai fanyi chubanshe.

Chen Zhanhai 陈章太, 2005. *Yuyan guihua yanjiu* 语言规划研究 (Estudo sobre o planeamento linguístico). Beijing: Shangwu yinshuguan.

Chomsky, Noam, 1957. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton.

Deng Weiping 邓伟平, 2015. “Lun Aomen minfa de lishi fazhan ji qi bendihua” 论澳门民法的历史发展及其本地化 (Sobre o desenvolvimento histórico e localização do direito civil de Macau). *Falü wenhua yanjiu*, 000(001), 59-66.

Deumert, A., Mesthrie, R., Swann, J., & Leap, W. L., 2000. *Introducing sociolinguistics*. Edinburgh: Edinburgh University Press.

Ding Donghong 丁东红, 2005. “Luman he tade shehui xitong lilun” 卢曼和他的社会系统理论 (Luhmann e a sua Teoria de Sistema Social). *Shijie zhixue*, (5), 36-40.

Friedman, L. M., 1969. “Legal Culture and Social Development”. *Law & Society Review*, 4(1), 29-44.

Fung, Y. F. Spring & Watson-Brown, A., 1994. *The Template - A guide for the Analysis of Complex Legislation*. London: Institute of Advanced Legal Studies of London University.

Giddens, Anthony, 1991. *Sociology: A Brief but Critical Introduction*. Houndmills, Basingstoke, Hampshire: Macmillan Education Ltd.

Gidi, Antonio & Weihofen, Henry, 2018. *Legal Writing Style*, Saint Paul, Minnesota:

West Academic Publishing.

Habermas, Jürgen, 2003. *Faktizität und Geltung* 在事实与规范之间：关于法律和民主法治国的商谈理论 (Entre Fatos e Normas: A Teoria da Discussão sobre Direito e Democracia do Estado de Direito), traduzido por Tong Shijun 童世骏, Beijing: Life·Reading·Xinzhi Sanlian Bookstore.

Halliday, M.A.K., 1985. *An Introduction to Functional Grammar*. Baltimore: University Park Press.

He Zhihui 何志辉, 2014. *Huayang gongchu yu falü duoyuan: wenhua shijiaoxia de aomenfa bianqian* 华洋共处与法律多元：文化视角下的澳门法变迁 (Coexistência Chinesa e Ocidental e Diversidade das Leis: A Mudança do Direito de Macau na Perspectiva Cultural), Beijing: Falü chubanshe.

Heilbron, Johan, 1999. "Towards a Sociology of Translation: Book Translation as a Cultural World-System". *European Journal of Social Theory*, 2 (4), 429.

Hermans, T., 1999. *Translation in Systems*. Manchester: St.Jerome.

Hermans, T., 2007. "Translation, Irritation and Resonance", in Wolf, M. & Fukari, A. (eds), *Constructing a Sociology of Translate*. Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins, pp. 57-65.

Hoebel, Adamson E., 1954. *The Law of Primitive Man: A Study of Comparative Legal Dynamics*. Cambridge, MA: Harvard University Press.

Holmes, James S., 2000. "The name and nature of translation studies", in Venuti, L. (ed.), *The Translation Studies Reader*. New York and London: Routledge, pp. 172-185.

Huang Yi 黄翊, 2005. *Aomen yuyan zhuangkuang yu yuyan guize yanjiu* 澳门语言状况与语言规则研究 (Estudo sobre a situação linguística e normas linguísticas de Macau). Beijing: Universidade de Língua e Cultura de Beijing.

Huang Yi 黄翊, 2007. *Aomen yuyan yanjiu* 澳门语言研究 (Estudo sobre a situação linguística de Macau). Beijing: Shangwu yinshuguan.

Inghilleri, M., 2005. "The Sociology of Bourdieu and the Construction of the "object" in Translation and Interpreting Studies". *Translator*, 11(2), 125 -145.

Jakobson, R., 1959. "On linguistic aspects of translation", in Brower, R. A. (ed.),

On translation. Cambridge (MA): Harvard University Press, pp. 144–151.

Jun Ya 君雅 & Lu Yu 陆羽, 2007. “Taiwan dangju yuyan zhengce fenxi” 台湾当局语言政策分析 (An Analysis of Language Policies of Taiwan Authorities). *Applied Linguistics*, 61(001), 49-55.

Lefevere, A., 2004. *Translation, Rewriting and the Manipulation of Literary Fame*. Shanghai: Shanghai Foreign Language Education Press.

Lin Wei 林巍, 2005. “Teding de guifanhua: Aomen falü gongwen fanyi tantao” 特定的规范化: 澳门法律公文翻译探讨 (In Search of a “Special Standardization”: Legal and Official Documentary Translation Within Macao’s Multilingual Environment). *Zhongguo fanyi (Chinese Translators journal)*, 26(5), 80-85.

Liu Gaolong, 1995-1.º. “O significado, o modo e os critérios técnicos da tradução para chinês das leis de Macau”. *Administração*, 8(27), 93-105.

Liu Miqing 刘宓庆, 1999. *Dangdai fanyi lilun* 当代翻译理论 (Teoria da tradução contemporânea). Beijing: Zhongguo duiwai fanyi chubanshe.

Liu Zhuohong 刘卓红 & Long Bolin 龙柏林, 1999. “Aomen shetuan wenti chutan” 澳门社团问题初探 (Estudo Preliminar sobre o Problema das Associações de Macau). *Journal of South China Normal University (Social sciences edition)*, (06), 16-21, 29.

Luhmann, Niklas, 1995. *Social System*, traduzido por J. Bednarz Jr. e D. Baecker, Stanford: Stanford University Press.

Ma Shenghu 马生虎 & Tang Liling 唐丽玲, 2013. “Siwei chayi dui zhongxifang yuyan biaoda de yingxiang” 思维差异对中西方语言表达的影响 (The Effect of Thinking Difference on the Expressions of Chinese and Western Languages). *Academic Exploration*, (05), 94-98.

Mellinkoff, D., 1963. *The language of the Law*, Boston: Little Brown and Company.

Meng Xiangjie 孟祥杰, 2004. “Gaozhong guowen ni dashan wenyanwen” 高中国文拟大删文言文 (A literatura chinesa de Escola Secundária planeja excluir ensaios clássicos chineses), *Lianhebao*, publicado no dia 25 de novembro de 2004, citado em

Jun Ya 君雅 e LuYu 陆羽, 2007. “Taiwan dangju yuyan zhengce fenxi” 台湾当局语言政策分析 (An Analysis of Language Policies of Taiwan Authorities). *Applied Linguistics*, 61(001), 49-55.

Mounin, G., 1963. *Les Problèmes Théoriques de la Traduction*. Paris: Gallimard.

Mu Jiaming 穆嘉明, 2002. “Aomen xingzheng gongwen (zhongwenban) ciyu yanjiu” 澳门行政公文(公文版)词语研究 (A Study on the Word Usage of (Chinese version) Administrative Official Document of Macao). Tese do Curso de Mestrado da Universidade de Jinan.

Newmark, Peter, 1987. *A Textbook of Translation*. New York: Prentice Hall.

Ng Kuok Cheong, 1995-2.º. “A localização da legislação no período de transição de Macau”. *Administração*, 8(28), 301-310.

Nida, E., 1964. *Toward a Science of Translation*. Leiden: Brill.

Ning Jun 宁军, 1999. “Zhongwenren zai Aomen shengwen” 中文热在澳门升温 (A popularidade do chinês está a aumentar em Macau). *Shenzhou renwu*, (012), 31-33.

Porter, Richard E. & Samovar, Larry A., 1999. *Understanding Intellectual Communication*. California: Wadsworth Publishing Company.

Roscoe, P., 1941. *In My Philosophy of Law*. Saint Paul, MN: West Publishing Company.

Sarcevic, S., 1997. *New approach to translation*. The Hague: Kluwer Law International.

Saussure, F. D., 1959. *Course in General Linguistics*. Translated by Baskin, W., New York: Philosophical Library.

Shu Yaozhi 舒瑶芝, 2011. “Houhuigui shidai Aomen falü bendihua zhi fazhan” 后回归时代澳门法律本地化之发展 (O Desenvolvimento da Localização Legal de Macau na Era Pós-Regresso). *Zhejiang Social Sciences*, (12), 97-102, 159.

Spolsky, B., & Lambert, R. D., 2006. “Language planning and policy: models”, in Brown, Keith (ed.), *Encyclopedia of language and linguistics*. Oxford: Elsevier, pp. 561-575.

Su Xiaomei 苏小妹 & Ma Qingzhu 马庆株, 2003. “Aomen lifa yuyanzhong

qingtaidongci shiyong de ruogan wenti” 澳门立法语言中情态动词使用的若干问题 (Várias questões sobre o uso de verbos modais na linguagem legislativa de Macau). *Nakai yuyan xuekan*, 000(001), 36-43.

Sun Tongpeng, 1998-4.º. “Uma reflexão sobre a localização jurídica de Macau”. *Administração*, 11 (42), 1005-1012.

Tyulenev, Sergey, 2014. *Translation and Society: An Introduction*. New York: Routledge.

Vinay, J. P. & Darbelnet, J., 1995. *Comparative stylistics of French and English: a methodology for translation*. Amsterdam, Philadelphia: John Benjamins Pub Co.

Wacquant, L. D., 1989. “Toward a reflexive sociology: A work shop with Pierre Bourdieu”. *Sociological Theory*, 7(1), 26-63.

Wang Guosheng 汪国胜 & Bai Linqian 白林倩, 2020. “Cong lianci «huo» kan Aomen lifa yuyan de guifanhua” 从连词“或”看澳门中文立法语言的规范化 (Standardization of Macau’s Chinese legislative language: A case study of “huo”). *Chinese Linguistics*, (03), 16-22.

Wang Xinhua 王新华 & Ren Junli 任军莉, 2002. “Shilun zhongxifang siwei fangshi chayi jiqi wenhua genyuan” 试论中西方思维方式差异及其文化根源 (As diferenças entre os modos de pensamento chinês e ocidental e as suas raízes culturais). *Jiangxi shehui kexue*, (09), 43-45.

Wang Zengyang, 1994-1.º. “O Estatuto oficial do chinês e bilinguismo durante o período de transição em Macau”. *Administração*, 7(23), 103-107.

Wolf, Michaela, 2007. “The location of the ‘translation field’: Negotiating borderlines between Pierre Bourdieu & Homi Bhabha”, in Wolf, M. & Fukari, A. (eds), *Constructing a Sociology of Translation*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, pp. 109-122.

You Rujie 游汝杰, 1992. “Taiwan yu Dalu huayu shumianyu de chayi” 台湾与大陆华语文书面语的差异 (Diferenças entre a língua escrita de Taiwan e da China Continental). *Yuwen jianshe*, (11), 14-16.

Yu Guangzhong 余光中, 2002. “Lun de de buxiu” 论的的不休 (A infinidade do

uso de “de”), in Yu Guangzhong 余光中 (ed.), *Yu Guangzhong tan fanyi* 余光中谈翻译 (Yu Gungzhong fala sobre a tradução). Beijing: Zhongguo duiwai fanyi chubangongsi 中国对外翻译出版公司, pp. 178-192.

Yu Lei 俞蕾 & Han Yawen 韩亚文, 2005. “Shilun zhongxifang siwei fangshi chayi zai wenhuashang de tixian” 试论中西方思维方式差异在文化上的体现 (A manifestação cultural da diferença entre os modos de pensamento chinês e ocidental). *Huaihai gongxueyuan xuebao (shehui kexue ban)*, 3(2), 85-88.

Zhang Ruwei 张儒威, 2016. “Yanfu zhongxi wenhua bijiao sixiang tanxi” 严复中西文化比较思想探析 (Análise dos pensamentos comparativos de Yan Fu sobre a cultura chinesa e ocidental). *Gaige yu kaifang*, (19), 93-94.

Zhang Yuanyuan 张元元, 2009. *Aomen fazhizhua zhili zhong de juese fenxi* 澳门法治化治理中的角色分析 (Análise do Papel da Governação Legalizada de Macau) Tese do Curso de Douturamento, Beijing: Universidade de Renmin.

Zhu Guanglei 朱光磊, 2012. “On Zhang Dainian's Study about the Comparison of Chinese and Western Philosophy”. *Journal of huaiyin teachers college (social sciences edition)*, (34), 206-212.

Dicionários:

Xiandai hanyu cidian (diqiban) 现代汉语词典 (第七版) (Dicionário Chinês Moderno (7.^a edição)), Beijing: Shangwu yinshuguan, 2016.

Gudai hanyu cidian (diyiban) 古代汉语词典 (第1版) (Dicionário Chinês Clássico (1.^a edição)), Beijing: Shangwu yinshuguan, 2002.